



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CAROLINA FERREIRA DA COSTA STREGLIO

**PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA-GO:
DINÂMICA ESPACIAL E POTENCIAL TURÍSTICO**

GOIÂNIA
2012

**PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA-GO:
DINÂMICA ESPACIAL E POTENCIAL TURÍSTICO**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Carolina Ferreira da Costa Streglio				
E-mail:	ocorreio@ymail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?			<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
Vínculo empregatício do autor	-				
Agência de fomento:	-			Sigla:	-
País:	Brasil	UF:	GO	CNPJ:	-
Título:	Parques Urbanos de Goiânia-GO: dinâmica espacial e potencial turístico				
Palavras-chave:	Parques Urbanos. Goiânia. Turismo.				
Título em outra língua:	Urban Parks of Goiânia-GO: spatial dynamics and tourism potential				
Palavras-chave em outra língua:	Urban Parks. Goiânia. Tourism.				
Área de concentração:	Natureza e Produção do Espaço				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	14/09/2012				
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em Geografia				
Orientador (a):	Dr. Ivanilton José de Oliveira				
E-mail:	ivanilton.oliveira@gmail.com				
Co-orientador (a):*	-				
E-mail:	-				

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

CAROLINA FERREIRA DA COSTA STREGLIO

**PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA-GO:
DINÂMICA ESPACIAL E POTENCIAL TURÍSTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira

GOIÂNIA
2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

S915p Streglio, Carolina Ferreira da Costa.
Parques Urbanos de Goiânia-GO [manuscrito]: dinâmica espacial e potencial turístico / Carolina Ferreira da Costa Streglio. – 2012.
xv, 96 f. : figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2012.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, siglas e tabelas.

Apêndice.

1. Parques urbanos – Goiânia (GO). 2. Turismo. I.
Título.

CDU:712.253(817.3)

CAROLINA FERREIRA DA COSTA STREGLIO

**PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA-GO:
DINÂMICA ESPACIAL E POTENCIAL TURÍSTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, na Área de Concentração Natureza e Produção do Espaço, aprovada em ____/____/_____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:

Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira
– Orientador –

Prof. Dr. João Carlos Nucci
– Membro Externo –

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida
– Membro Interno –

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desta pesquisa, em especial:

À Deus, por ser meu esteio e inspiração em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais, Luiz e Lindamara, e aos meus irmãos, Elisa e Luiz Guilherme, por serem a base forte sobre a qual cresci, contribuindo para que hoje eu alcance essa vitória.

Ao meu esposo, Herson Brenno, pelo constante apoio e estímulo, além do amor imenso sempre dedicado.

Ao meu orientador, o Professor Dr. Ivanilton José de Oliveira, pela admirável dedicação e compreensão, bem como pelo grande aprendizado que obtive com nossa convivência.

À Professora Dra. Maria Geralda de Almeida, bem como ao Professor Dr. João Carlos Nucci, por aceitarem participar da banca de defesa desta dissertação, o que constitui um grande prestígio para mim.

Aos professores do Instituto de Estudos Socioambientais, que contribuíram para minha formação e amadurecimento no campo da ciência geográfica.

E aos meus colegas de mestrado, em especial ao Carlos, à Priscilla, à Glays, ao Rangel e ao Diego, pela amizade e auxílio nesta jornada acadêmica.

RESUMO

STREGLIO, C. F. C. **Parques Urbanos de Goiânia-GO: dinâmica espacial e potencial turístico**. 2012. 96 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

Nas últimas três décadas, a ascensão da temática ambiental imprimiu nas áreas urbanas grandes transformações relacionadas à proteção dos recursos naturais e ao anseio por melhor qualidade de vida, o que, por sua vez, tem estimulado a criação de parques urbanos. Tendo em vista que Goiânia se insere nessa conjuntura e que, além de suas funções ecológicas e sociais, os parques goianienses também são promovidos como cartões postais da cidade, o presente trabalho objetivou analisar o desempenho dos parques urbanos na dinâmica espacial do município de Goiânia, bem como seu potencial turístico. Para tanto, foram selecionados dois parques, sendo um em bairro nobre da cidade (Parque Flamboyant) e outro em região periférica (Parque da Lagoa), adotando como suporte teórico-metodológico as categorias de análise espacial propostas por Santos (1997): forma, função, estrutura e processo. Além da importância dos parques urbanos para o equilíbrio ecológico da cidade e sua relevância na oferta de áreas de lazer, observou-se também a atuação dos parques na construção de espaços de valorização imobiliária, suas potencialidades e debilidades com relação à atividade turística, dentre outros aspectos que retratam a dinâmica do município de Goiânia, bem como de diversas outras grandes cidades.

Palavras-chave: Parques Urbanos. Goiânia. Turismo.

ABSTRACT

STREGLIO, C. F. C. **Urban Parks of Goiânia-GO: spatial dynamic and potential tourist**. 2012. 96 fls. Dissertation (Masters in Geography) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

In the last three decades, the rise of environmental thematic printed in urban areas large transformations related to the protection of natural resources and the desire for better quality of life, which, in turn, has stimulated the creation of urban parks. Considering that this situation falls Goiânia and that, in addition to its ecological and social functions, the parks of Goiânia are also promoted as postcards of the city, this study aimed to analyze the performance of urban parks in the spatial dynamic of the city of Goiânia, as well as its tourist potential. For this, we selected two parks, one in the great neighborhood of the city (Parque Flamboyant) and another in the peripheral region (Parque da Lagoa), adopting as theoretical-methodological support spatial analysis categories proposed by Santos (1997): form, function, structure and process. Besides the importance of urban parks for the ecological balance of the city and its relevance in offering recreational areas, was also observed the performance of parks in the construction of spaces of real estate appreciation, their potentiality and debility in relation to tourism, among other aspects that reflect the dynamics of the city of Goiânia, as well as several other major cities.

Keywords: Urban Parks. Goiânia. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bairros de Goiânia-GO, por década de criação.	32
Figura 2 – Cobertura vegetal de Goiânia-GO, em 1986.	36
Figura 3 – Cobertura vegetal de Goiânia-GO, em 2010.	36
Figura 4 – Supressão da cobertura vegetal de Goiânia, de 1986 a 2010.	37
Figura 5 – Mapa de localização dos parques urbanos de Goiânia.	40
Figura 6 – Ortofoto do Parque Flamboyant do ano de 2006, com destaque para o seu perímetro.	43
Figura 7 – Imagem de satélite do Parque Flamboyant do ano de 2008, com destaque para o seu perímetro.	43
Figura 8 – O Parque Flamboyant em primeiro plano e, ao fundo, os edifícios em construção.	44
Figura 9 – Imagens do Parque Flamboyant: lago e jardim japonês, respectivamente.	46
Figura 10 – Parque Flamboyant: passeio com os filhos.	47
Figura 11 – Parque Flamboyant: encontro e descanso à beira do lago.	47
Figura 12 – Imagem de satélite do Parque da Lagoa do ano de 2006.	56
Figura 13 – Imagem de satélite do Parque da Lagoa do ano de 2008: (a) quadras de esporte, (b) estações de ginástica e (c) lagoa.	56
Figura 14 – Vegetação do Parque da Lagoa.	57
Figura 15 – Parque da Lagoa: parque infantil e pista de <i>skate</i> .	58
Figura 16 – Casas vizinhas à lagoa do Parque Industrial João Braz, alagadas no período de chuvas.	63
Figura 17 – Fotografia da lagoa, no ano de 1989.	64
Figura 18 – Fotografia da área da lagoa, já aterrada.	64
Figura 19 – Parque da Lagoa.	65
Figura 20 – Parque da Lagoa.	65
Figura 21 – Regiões turísticas de Goiás, segundo o Plano Estadual de Turismo.	69
Figura 22 – Jardim Botânico de Curitiba.	76
Figura 23 – Linha turismo de Curitiba.	77

Figura 24 – Centro de Visitantes e passeio em carrinho elétrico no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.	79
Figura 25 – Passeio virtual pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro.	79
Figura 26 – Passeio de carruagem e festival de cinema no Central Park de Nova York.	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de bairros conforme a década de criação.	33
Tabela 2 – Quantitativo de bairros em Goiânia conforme a situação.	34
Tabela 3 – Valor do metro quadrado da terra nua (em reais) conforme a planta de valores de Goiânia (para cálculo de outorga onerosa)	50
Tabela 4 – Resultados da pesquisa sobre o perfil do turista que visita Goiânia: qualidade dos serviços turísticos.	72
Tabela 5 – Resultados da pesquisa sobre o perfil do turista que visita Goiânia: motivo da viagem.	72
Tabela 6 – Resultados da pesquisa sobre perfil do turista que visita Goiânia: qualidade dos parques e do patrimônio histórico-cultural.	73
Tabela 7 – Resultados dos questionários aplicados aos usuários do Parque Flamboyant e Parque da Lagoa: você considera este parque um atrativo turístico?	74

LISTA DE SIGLAS

AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente

AMTEC – Agência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação

CAT – Centro de Atendimento ao Turista

CELG – Companhia Energética de Goiás

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

GOIÁS TURISMO – Agência Estadual de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PDIG – Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia

SANEAGO – Saneamento de Goiás S.A.

SEMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente (atualmente AMMA)

SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TELEGOIÁS – Telecomunicações de Goiás S.A.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – PARQUES URBANOS: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	16
1.1 – Conceitos e definições	16
1.1.1 – Natureza, meio ambiente e recursos naturais	16
1.1.2 – Espaço público, espaço livre, área verde e parque urbano	18
1.2 – Usos e funções	21
1.3 – Contextualização histórica	22
1.4 – Perspectiva turística	24
1.5 – Categorias de análise	26
CAPÍTULO 2 – PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA	29
2.1 – O surgimento da nova capital	29
2.2 – Expansão urbana <i>versus</i> conservação das áreas verdes	30
2.2.1 – O processo de urbanização no município de Goiânia	31
2.2.2 – O processo de redução da cobertura vegetal no município de Goiânia	35
2.3 – Os parques de ontem e os parques de hoje	37
CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA ESPACIAL DO PARQUE FLAMBOYANT E DO PARQUE DA LAGOA	41
3.1 – Parque Flamboyant	41
3.1.1 – Forma	42
3.1.2 – Função	46
3.1.3 – Estrutura	48
3.1.4 – Processo	51
3.2 – Parque da Lagoa	54
3.2.1 – Forma	55
3.2.2 – Função	58

3.2.3 – Estrutura	60
3.2.4 – Processo	61
CAPÍTULO 4 – OS PARQUES URBANOS E A ATIVIDADE TURÍSTICA	66
4.1 – Por que analisar o potencial turístico?	66
4.2 – Turismo, políticas públicas e seus reflexos sobre os parques urbanos de Goiânia	68
4.3 – Exemplos e propostas para o incremento da atividade turística em Goiânia	74
4.3.1 – Parques urbanos de Curitiba	76
4.3.2 – Jardim Botânico do Rio de Janeiro	78
4.3.3 – Central Park de Nova York	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
APÊNDICE	96

INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, dentre as temáticas mais discutidas em todo o mundo, destacaram-se aquelas relacionadas ao meio ambiente, o que imprimiu nas áreas urbanas grandes transformações relacionadas à proteção dos recursos naturais e ao anseio por melhor qualidade de vida.

Nessa conjuntura, uma das tendências observadas na gestão pública de diversas cidades tem sido a criação de parques urbanos, áreas verdes que, além de possibilitarem a conservação dos recursos naturais disponíveis, também tornam mais agradável o cotidiano de quem residem nas grandes cidades.

A figura dos parques comumente sugere áreas de vegetação abundante, com lagos e animais silvestres, imagem que inspira beleza, tranquilidade e bem-estar. Esse cenário os torna ambientes propícios ao lazer e possibilita uma série de benefícios, tais como a redução da poluição e o equilíbrio do índice de umidade do ar, a moderação do macro e micro clima urbano, a proteção das nascentes e mananciais e a manutenção da biodiversidade (SORENSEN et al., 1998).

Considerando o caráter distintivo que os parques estabelecem na paisagem urbana, outro aspecto que pode relacionar-se a esses espaços é o turismo. Segundo Furegato (2005), a atividade turística nessas áreas verdes pode decorrer de fatores como valorização cultural, marketing, situação geográfica favorável, além do vínculo afetivo que se estabelece entre os moradores e o meio. Entretanto, a autora lembra que, apesar da apropriação pelo turismo, geralmente, esses parques são construídos, em primeira instância, para os habitantes locais.

No mesmo sentido, Yázigi (2002) acrescenta que a paisagem natural e urbana deve ser preservada, primeiramente, devido sua importância ao habitante local, e só depois ao turista, visto que essa paisagem se constitui como essência cotidiana dos habitantes de uma cidade².

² Seja destinado ao habitante local, seja destinado ao turista, não se pode desconsiderar os demais sujeitos e interesses envolvidos na implantação dos parques urbanos. Na tese de Buccheri Filho (2010), tal problemática evidencia-se na constatação de que a maioria dos espaços de uso público, livres de edificação e com vegetação (EUPLEVs), no município de Curitiba-PR, enquadra-se no chamado “modelo oportunista” de planejamento, “o qual utiliza possibilidades e/ou oportunidades de instalação de algum tipo de EUPLEV, com base em acomodações e aproveitamento de circunstâncias para se chegar mais facilmente a algum resultado, e não como consequência de um planejamento sistemático”.

As diversas funções ecológicas e sociais atribuídas aos parques urbanos, bem como seu potencial turístico, tornam esses espaços objetos de estudo de grande relevância para a compreensão da dinâmica urbana atual, contexto em que se insere o município de Goiânia, cidade que se destaca dentre aquelas com área urbana mais verde do país (MARTINS JÚNIOR, 2007).

De acordo com a AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente, atualmente Goiânia possui 30 parques urbanos, distribuídos por diversas regiões do município. Mas é importante ressaltar que a crescente valorização das áreas verdes e, por conseguinte, o interesse do mercado imobiliário por esses espaços, tem promovido o favorecimento de determinados parques em detrimento de outros.

Outro aspecto que também se relaciona à dinâmica dos parques goianienses é a atividade turística, uma vez que as referidas áreas verdes são divulgadas como cartões postais da cidade. No entanto, existe uma infraestrutura destinada ao suporte da atividade turística nesses espaços? Considerando a premissa de que uma cidade boa o suficiente para os próprios habitantes, realmente é excepcional ao turismo (YÁZIGI, 1996), pode-se dizer que os parques urbanos de Goiânia são potencialmente turísticos?

Tendo em vista esses questionamentos, bem como a diversidade de tributos relacionados aos parques goianienses, esta pesquisa tem como **objetivo central** analisar o desempenho dos parques urbanos na dinâmica espacial do município de Goiânia, bem como seu potencial turístico, tendo como suporte teórico-metodológico as categorias de análise espacial propostas por Santos (1997): forma, função, estrutura e processo.

Para tanto, foram selecionados dois parques, sendo um em bairro nobre da cidade (Parque Flamboyant) e outro em região periférica (Parque da Lagoa). E, nesse sentido, foram definidos como **objetivos específicos**: realizar um levantamento histórico e estrutural dos referidos parques urbanos; identificar possíveis correlações entre suas formas, funções, estruturas e processos; e analisar as políticas públicas referentes à promoção do turismo nos parques de Goiânia e seus reflexos nas duas unidades pesquisadas.

Com relação aos procedimentos utilizados para a **operacionalização** dessa pesquisa, a princípio, realizou-se uma revisão teórico-conceitual acerca dos temas de relevância para o trabalho, bem como o levantamento e compilação das informações textuais e documentais referentes às dimensões, histórico,

infraestrutura, funcionalidades, dentre outros aspectos característicos dos parques urbanos de Goiânia.

Na etapa subsequente foram realizados trabalhos de campo nos parques, para observação, registro fotográfico, diagnóstico da infraestrutura e aplicação de questionários. Foram consultados também os órgãos públicos de interesse para a pesquisa, tais como a AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente, e a Secretaria Municipal do Turismo, com vistas à aquisição de dados e a realização de entrevistas com os técnicos responsáveis pelos parques.

No tocante aos questionários é importante esclarecer que foi adotado o método de amostragem não-probabilística, “técnica que não utiliza seleção aleatória”. Assim sendo, a escolha dos indivíduos que compuseram a amostra ocorreu em função da presença de pessoas nos parques, na ocasião dos trabalhos de campo. Vale ressaltar também que os resultados obtidos “não são estatisticamente projetáveis para a população” (MALHOTRA, 2006, p. 325-326).

Os referidos questionários foram compostos por perguntas abertas e fechadas, relativas à motivação da visita, a satisfação do usuário com relação à infraestrutura do parque e sua opinião referente à atratividade turística do local. Tais instrumentos de pesquisa foram aplicados durante uma hora em cada parque, em dias de sábado à tarde, nos meses de julho e outubro de 2011.

A fim de localizar os parques no contexto urbano, bem como identificar e caracterizar as áreas verdes selecionadas nesta pesquisa, foram elaborados produtos cartográficos (mapas e carta-imagem) em ambiente SIG – Sistema de Informações Geográficas. Para tanto, foi utilizada a ortofoto digital de Goiânia de 2006, com resolução espacial de aproximadamente 60cm, fornecida pela AMTEC – Agência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Após os referidos procedimentos, realizou-se a análise, a interpretação e o cotejamento dos dados obtidos, prosseguindo, assim para a etapa de conclusão da pesquisa em tela.

Referente à estrutura do trabalho, no **Capítulo 1** são apresentados os aspectos teóricos e metodológicos. Além dos conceitos e definições pertinentes a pesquisa, são abordados os usos e funções dos parques urbanos, sua contextualização histórica, a perspectiva turística, bem como as categorias de análise adotadas.

No **Capítulo 2**, a explanação abrange a origem dos primeiros parques goianienses, as mudanças na configuração das áreas verdes durante o processo de expansão urbana da capital e as políticas públicas referentes à criação de parques urbanos na atualidade. Já no **Capítulo 3**, analisa-se a dinâmica espacial do Parque Flamboyant e do Parque da Lagoa, com base nas categorias de análise forma, função, estrutura e processo.

O **Capítulo 4** apresenta a análise acerca do potencial turístico dos parques de Goiânia, considerando as políticas públicas de promoção do turismo, e indicando boas práticas implementadas em outros parques turísticos, com o intuito fornecer subsídio para melhorias no atendimento ao turista que visita os parques de Goiânia.

Por fim, são tecidas as considerações finais, com a exposição das principais inferências obtidas a partir da presente pesquisa.

CAPÍTULO 1 – PARQUES URBANOS: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

1.1 – Conceitos e definições

Para analisar os parques urbanos de Goiânia, a princípio, é importante conhecer alguns conceitos e definições relacionados à referida temática, para assim compreender como este espaço se distingue no ambiente urbano. Com vistas a esse entendimento, primeiramente, serão apresentadas algumas considerações acerca dos conceitos de natureza, meio ambiente e recursos naturais, e em seguida as definições referentes a espaço público, espaço livre, área verde e parque urbano.

1.1.1 – Natureza, meio ambiente e recursos naturais

Os termos natureza, meio ambiente e recursos naturais em muitas situações são empregados como sinônimos. No entanto, aqueles que se dedicam ao estudo de questões ambientais devem manter maior rigor na utilização desses conceitos.

Na compreensão do termo natureza, por exemplo, é importante notar que no período pré-socrático (século X a.C.), o ser humano integrava o natural, “sendo o natural a totalidade de tudo o que existia”. Porém, com Platão e Aristóteles (séculos IV e III a.C.) observa-se a valorização do homem e da ideia, contexto em que a concepção da natureza passa a ser de uma “natureza não-humana”, constituindo uma oposição que se consolidará ainda mais com Descartes (século XVII), chegando até os dias atuais (MARTINELLI, 2005, p. 2).

Essa noção de uma natureza exterior, inteiramente separada do mundo humano, é considerada por alguns autores como uma das principais características da modernidade. Segundo Gomes (2003) esse distanciamento entre o sujeito conhecedor – homem – e o objeto deste conhecimento – natureza – constituía uma das condições necessárias para que a ciência moderna pudesse ser fundada sobre a excelência do método.

Referente ao ímpeto de dominação do homem sobre a natureza Correia et al. (2007, p. 5) afirmam que:

Tentamos dominar a natureza pela sua estruturação. Classificamos os animais, vegetais e minerais segundo ordens, classes, famílias. Segundo formas, cores, sabores, cheiros. Segundo utilidade, proximidade e periculosidade. E recriamos a natureza segundo nossos critérios de seleção. Construimos parques, zoológicos, herbários e aquários onde apresentamos nossa classificação. E é nesta natureza, ordenada, que nos sentimos seguros. O perigo está cercado, a ameaça controlada. (CORREIA et al., 2007, p. 5)

De acordo com Santos (2006, p. 39) a configuração geográfica estabelecida no decorrer da história, realmente, “tende a uma negação da natureza natural”, substituindo-a por uma “natureza inteiramente humanizada”, situação em que a natureza natural, onde ela ainda existe, tende a recuar, às vezes brutalmente.

Na concepção de Dulley (2004, p. 20) o resultado do trabalho intelectual e físico do homem sobre a natureza dá origem a outro conceito, o de ambiente, que seria “a natureza conhecida pelo sistema social humano (composto pelo meio ambiente humano e o meio ambiente das demais espécies conhecidas)”.

Segundo Conti e Furlan (2005, p. 198), o ambiente refere-se ao “entorno do homem, o palco de suas ações”. Porém, quanto ao estudo geográfico, os autores ressaltam que o ambiente deve ser considerado em sua dimensão histórica, estando diretamente relacionado com as sociedades humanas, ou seja, o ambiente seria “a natureza transformada historicamente pela cultura”.

Na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, entende-se por meio ambiente “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Para Carvalho (2009, p. 30) “esse conceito encontra-se profundamente vinculado aos aspectos naturais da tutela ambiental que, historicamente, marcaram o amparo ao meio ambiente”. Já, de acordo com Leite e Pilati (2007, p. 269), a referida definição dá igual proteção a todas as formas de vida, inclusive a humana, “que é posta apenas como mais um elemento da natureza”.

Ainda, referente à Política Nacional do Meio Ambiente, outro termo que se destaca é o de recursos ambientais, que segundo nossa legislação corresponde à “atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora”.

Conforme Dulley (2004, p. 22), “no Brasil, os órgãos ligados institucionalmente ao meio ambiente preferem a denominação recursos ambientais,

ao passo que os mais ligados à produção agrícola preferem recursos naturais”, porém, ambos os termos, geralmente, relacionam-se às formas de uso econômico e racional dos elementos acima mencionados.

Tendo em vistas as referidas considerações, e ressaltando que

No presente momento da história da sociedade humana, o modo de produção capitalista, hoje hegemônico no mundo, instituiu a **natureza** em oposição ao homem e como objeto, fonte inesgotável de **recursos** para a sociedade [...] postura que se encaminha para situações com conseqüências desastrosas para a **natureza** e para o **ambiente**, como um todo (MARTINELLI, 2005, p. 4, grifo nosso).

Nota-se que os parques urbanos, analisados a partir de suas diversas representações, podem enquadrar-se em qualquer dos conceitos abordados, seja como “natureza humanizada”, seja como parte do meio ambiente ou ainda como recurso, visto que em diversas situações os parques possibilitam vantagem econômica a determinadas pessoas.

1.1.2 – Espaço público, espaço livre, área verde e parque urbano

Para analisar o espaço público no meio urbano, Serpa (2004, p. 22), indica que a discussão perpassa necessariamente “pela difícil articulação entre os aspectos que dão ‘concretude’ à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter intersubjetivo”.

Na dimensão jurídica, de acordo com Albernaz (2007, p. 43), “o espaço público é equivalente ao logradouro público”.

Ele é visto como o local de domínio público, portanto, patrimônio da coletividade, em regime de uso comum do povo, pelo seu irrestrito acesso à população. Os bens de uso comum do povo abrangem as vias, os largos, as praças, as praias e os parques reconhecidos oficialmente pelo poder público, objeto dos seus cuidados e da sua responsabilidade, na conservação, na manutenção e na prestação de serviços urbanos (ALBERNAZ, 2007, p. 43).

Já na concepção de Castro (2002, p. 54), “o espaço público é uma determinação político-jurídica, mas também um produto do uso social”,

ou seja, existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso coletivo

intenso. A noção de público não é, pois, uma qualidade intrínseca a um espaço, mas sim uma construção social e política que resulta da combinação de vários fatores, nomeadamente dos usos aí confinados; do sentido que é atribuído por um determinado grupo social; da acessibilidade; da tensão entre o estrangeiro/anónimo e o reconhecimento/reencontro; da dialética entre proximidade e distância física e social (CASTRO, 2002, p. 54).

Para Correia et al. (2007, p. 2), o espaço público

É uma referência na qual os cidadãos, por um lado se reconhecem como membros de uma comunidade, reencontram e recriam sua história coletiva e, por outro lado, se vêem confrontados com as mudanças e as inovações, elementos essenciais de uma cidade (CORREIA et al., 2007, p. 3).

Diante desse aspecto dinâmico das áreas urbanas, uma categoria de espaço público que chama a atenção é o espaço livre.

O espaço livre público afirma-se como o maior suporte das mudanças que se dão na sociedade, já que, permanecendo sem ser construído, passa por transformações que procuram adaptá-lo às diferentes demandas de ordem política, econômica, cultural e estética (COLCHETE FILHO, 2008, p. 27).

De acordo com Cavalheiro e Del Picchia (1992) os espaços livres

desempenham, basicamente, um papel ecológico, no amplo sentido, de integrador de espaços diferentes, baseando-se, tanto em enfoque estético, como ecológico e de oferta de áreas para o desempenho de lazer ao ar livre (CAVALHEIRO E DEL PICCHIA, 1992, p. 31).

Kliass & Magnoli (1967, apud LIMA et al., 1994) definem espaço livre como áreas não edificadas, de propriedade municipal, independente de sua destinação de uso. Conforme os referidos autores, quando esses espaços destinam-se a áreas verdes, passam a ser conceituados como espaços verdes. Neste sentido, espaço livre seria um termo mais abrangente que área verde.

Segundo Lima et al. (1994) as áreas verdes seriam espaços com o predomínio de vegetação arbórea. Nessa categoria estariam incluídas praças, jardins públicos e parques urbanos, que por sua vez, seriam áreas verdes com função ecológica, estética e de lazer, no entanto com uma extensão maior que as praças e os jardins públicos.

Para Kliass (1993, p. 19) os parques urbanos são “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação”.

Conforme o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o Parque Natural Municipal tem como objetivo básico

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Macedo e Sakata (2003) consideram como parque

todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO E SAKATA, 2003, p. 14).

Entretanto os mesmos autores ressaltam que

não existe consenso a respeito da dimensão, do grau de isolamento em relação ao entorno e da quantidade de equipamentos necessários para configurar um parque [...] muitos dos atuais parques de pequeno porte não passam realmente de praças de vizinhança, sendo denominados parques em virtude da falta de consenso sobre o assunto entre os especialistas, dentro e fora do poder público (Ibidem, p. 15).

Tendo em vista essas considerações, nota-se que os conceitos, aqui relacionados, se atêm basicamente a dois aspectos referentes aos parques urbanos: sua dimensão espacial e a diversidade de funções ecológicas e sociais que estes podem desempenhar na cidade. Como não se tratam de parâmetros bem delimitados, neste trabalho serão considerados como parques urbanos todos os parques e bosques instituídos pela AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente, órgão responsável pela criação, administração e proteção de parques, bosques e demais áreas verdes de Goiânia.

1.2 – Usos e funções

Nas últimas décadas, os parques urbanos têm adquirido um especial destaque na configuração das grandes cidades, em virtude dos importantes usos e funções que lhes são atribuídos.

De acordo com Galender (2005), a implementação de sistemas de espaços livres públicos urbanos impõe duas abordagens. A primeira, geralmente mais recorrente, concebe a distribuição de áreas livres voltadas para o desenvolvimento das atividades humanas no tecido urbano, notadamente dirigidas ao lazer, à recreação e às práticas esportivas/físicas ao ar livre, que seriam a motivação para a criação de parques, praças, boulevards e outras tipologias voltadas para o convívio e o lazer, agregando alguma amenização de carácter ambiental a estes espaços.

Já a segunda abordagem volta-se para a necessidade de conservação dos recursos naturais presentes no ambiente urbano. Aspecto relacionado à integração dos ecossistemas, que pressupõe a conectividade entre estruturas que promovam a biodiversidade animal e vegetal, a drenagem e outros eventos, garantindo a manutenção dos sistemas envolvidos. Seria uma postura ecossistêmica, onde a base das intervenções priorizaria a manutenção, regeneração e recuperação dos aspectos biofísicos.

Para Loboda e De Angelis (2005, p. 134) os espaços integrantes do sistema de áreas verdes de uma cidade exercem inúmeros benefícios ao seu entorno, proporcionando a melhoria da qualidade de vida pelo fato de garantirem áreas destinadas ao lazer e à preservação ambiental.

De acordo com Sorensen et al. (1998, p. 1), dentre os diversos aspectos positivos relacionados aos parques urbanos pode se mencionar:

mejoras en la sanidad básica, el abastecimiento de agua potable, el control de inundaciones, el tratamiento de aguas residuales, la reducción de la contaminación del aire, el manejo de residuos sólidos, la atemperación tanto de macro como de microclimas, el enriquecimiento de la biodiversidad y la reducción de la pobreza mediante la generación de ingresos.

Ainda referente aos parques urbanos, Furegato (2005) destaca que estes

possuem um caráter distintivo na paisagem urbana e assumem relevante papel na vida cotidiana dos cidadãos, por constituírem espaços que servem como base para as atividades de lazer e recreação ao ar livre e que acomodam múltiplos usos para os residentes locais, especialmente àqueles que não têm acesso a outras áreas verdes fora do perímetro urbano. Além das atividades de lazer e recreação, possibilitam o desenvolvimento de atividades educativas, culturais e de descanso, importantes funções ligadas às necessidades físicas, psíquicas e sociais dos indivíduos (FUREGATO, 2005).

Tendo em vistas os benefícios aqui expostos, parece inegável a relevância dos parques urbanos na dinâmica de uma cidade. No entanto, é importante destacar que a efetividade desses usos e funções depende de uma gestão competente por parte do poder público, ao qual cabe a implantação e manutenção dessas áreas verdes.

1.3 – Contextualização histórica

Segundo Ottoni (1996), a tradição de uso do espaço aberto verde na cidade inicia-se na Inglaterra do século XVII, com a abertura ao público do antigo campo de caça da Coroa, o Hyde Park, e com o surgimento das primeiras praças arborizadas entre elegantes bairros residenciais, onde se estabeleceu a ascendente burguesia inglesa.

Entretanto, após a Revolução Industrial, com o aumento da população das cidades, diante dos diversos problemas relacionados às péssimas condições de vida da classe operária, e devido à deterioração do ambiente urbano, as propostas de ordenação das cidades passaram a incluir espaços abertos verdes com o intuito de melhorar a salubridade da cidade e proporcionar lazer a população, assim como indica Kliass (2003):

O parque urbano é um produto da cidade da era industrial. Nasceu, a partir do século XIX, da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer [...] e para contrapor-se ao ambiente urbano (KLIASS, 2003, p. 7).

Nesse contexto, ocorreu, entre 1853 e 1870, a reforma de Paris, executada pelo barão Georges Eugènes Haussmann; desenvolveu-se nos Estados Unidos,

também na segunda metade do século XIX, o Parks Movement, cuja figura mais representativa foi Frederick Law Olmsted; e, foram criadas na Inglaterra, no início do século XX, as cidades-jardins por Ebenezer Howard. Estes acontecimentos tiveram em comum a busca pela qualidade de vida no ambiente urbano, seja por acreditar que os parques proporcionariam maior higiene às cidades, seja pela necessidade de espaços dedicados ao convívio social e à recreação (OTTONI, 1996; GALENDER, 2005).

Enquanto isso, no Brasil do século XIX, onde ainda não havia uma rede urbana expressiva, o parque urbano foi criado como um cenário complementar para as elites emergentes, que controlavam a nação em formação, a fim de construir uma imagem urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais (MACEDO; SAKATA, 2003):

Por esses espaços públicos passeia a nova aristocracia, tanto na corte como nas principais cidades, trajada especialmente para a ocasião, exibindo um vestuário à francesa e imitando os hábitos parisienses. Aqui, a industrialização e os operários seriam figuras do próximo século. A massa urbana estava praticamente alijada de tais espaços, cujo uso somente era permitido aos decentemente trajados, isto é, vestidos à semelhança dos pares do Império, ou seja, como europeus. [...] O parque é, no Brasil do século XIX [...] um grande cenário, um elemento urbano codificador de uma modernidade importada, totalmente alheio às necessidades sociais da massa urbana contemporânea de então, que usufruía de outros espaços, como terreiros e várzeas, conforme se observa nas crônicas da época (Ibidem, p. 23-24).

No Rio de Janeiro, então capital da colônia, foram criados, no início do século XIX, os três primeiros parques públicos brasileiros, segundo as características morfológicas e funcionais que conhecemos hoje: o Campo de Santana e o Passeio Público, localizados junto ao núcleo histórico da cidade, e o Jardim Botânico, situado junto a Lagoa Rodrigo de Freitas (MACEDO; SAKATA, 2003).

No início do século XX, após a proclamação da república no Brasil, o espírito de modernização do país, até então enterrado nas formas tradicionais de comportamento da sociedade imperial, incitou as primeiras transformações urbanas significativas deste período, caracterizadas por processos de reformulações que visionavam a salubridade e o embelezamento das cidades.

Neste período ocorreram intervenções como a Reforma Passos, ocorrida no Rio de Janeiro, entre 1902 e 1906, consistindo em diversas obras de alargamento de

ruas, abertura de novas vias e embelezamento da área central da cidade, com a construção de praças e jardins (SOUZA; RODRIGUES, 2004). E neste contexto, também foram construídas novas cidades, as chamadas cidades planejadas, conjuntura na qual se insere Goiânia, cidade projetada por Atilio Corrêa Lima e Armando de Godoy, na década de 1930, nos moldes das cidades-jardins inglesas.

Na primeira metade do século XX, percebe-se que os parques continuaram restritos, praticamente, a áreas centrais e a bairros de elite (MACEDO; SAKATA, 2003). Mas, no decorrer da história, as demandas sociais passaram a compor outros significados aos parques urbanos. A ocupação rápida das áreas urbanas acabou criando certo esgotamento, e a partir da década de 1980 o debate ambiental ganhou força, exigindo da sociedade uma nova postura frente à preservação dos recursos naturais presentes na cidade.

Hoje, observamos o surgimento de parques criados a partir de projetos bem mais simples que aqueles executados no século XIX, sendo que muitos desses resultam de pequenas adaptações em áreas antes abandonadas. O público a ser atendido também mudou, visto que muitos dos freqüentadores desses parques provêm de subúrbios densamente construídos e não possuem acesso a outros espaços de lazer. Em virtude da relevância social e ambiental dos parques urbanos, essas áreas tornaram-se muito importantes na gestão e implementação de políticas públicas urbanas.

1.4 – Perspectiva turística

A presente pesquisa não propõe apenas analisar o desempenho dos parques urbanos de Goiânia de forma geral, mas sugere também considerá-los sob a perspectiva do turismo, o que impõe conhecer alguns aspectos relacionados a essa temática, começando pelo próprio conceito de turismo.

Segundo a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo,

considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (BRASIL, 2008a).

A referida legislação destaca, ainda, que

As viagens e estadas de que trata o caput deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade (BRASIL, 2008a).

Já de forma mais flexível Ruschmann (1997) afirma que o turismo, na atualidade, apresenta-se sob as mais variadas formas. E nesse sentido a autora acrescenta:

Uma viagem pode estender-se de alguns quilômetros até milhares deles, incluindo um ou vários tipos de transporte, e estadas de alguns dias, semanas ou meses nos mais diversos tipos de alojamento, em uma ou mais localidades (RUSCHMANN, 1997, p. 13-14).

De acordo com Cruz (2003, p. 5) turismo é “antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. Nessa conjuntura, referente à constituição de um espaço turístico Alvarez afirma que:

Cualquier espacio geográfico es un potencial espacio turístico y tiene la capacidad de ofrecer ciertos bienes y servicios turísticos; sin embargo, no todos tienen la infraestructura necesaria, ni albergan al volumen suficiente de turistas como para poder ser considerado tales (ALVAREZ, 1999, p. 25).

Referente à origem da relação entre o turismo e os espaços naturais, Serrano (1997, p. 104) afirma que as viagens de “ilustração” desenvolvidas pelos ingleses desde meados do século XVII, desempenharam papel significativo, não apenas para a mudança do olhar dos homens sobre a natureza, mas também para o surgimento do turismo moderno.

Segundo a referida autora, a novidade dessas viagens não estava no deslocamento humano, visto que há tempos os homens já circulavam com fins comerciais, religiosos ou de exploração de territórios, mas sim na postura dos viajantes e naquilo que elegiam como objeto de interesse: paisagens pitorescas (distintas do mundo rural e das cidades), sítios históricos e, “de uma maneira muito

especial o mundo natural – que começa, a partir desse momento, a ser estudado por seus valores intrínsecos e não utilitários”.

Tendo em vista que, atualmente, os ambientes naturais ainda exercem forte apelo sobre parte significativa da população, e considerando que o turismo não depende mais exclusivamente da “vocação natural” de uma região, devido   possibilidade de “constru o” de “espaços para o turismo” (LUCHIARI, 1998, p. 15), nota-se que muitas cidades têm investido no setor turístico. Nesse sentido, García (1998) aponta que:

No contexto atual, de intensa competitividade entre as cidades, as políticas urbanas de promo o do turismo ganham muita importância assim como [...] torna-se necessário para os governos locais também ter uma imagem adequada de suas cidades para apresentar, comunicar e “vender” a diferença. A atratividade resulta, portanto, da produ o e da socializa o de imagens turísticas que selecionam partes da realidade urbana e constroem uma linguagem sedutora sobre as cidades. (GARCÍA, 1998, p. 30)

Essas imagens urbanas, depuradas pelo turismo, geralmente vendem a ideia de uma vida urbana saudável, com “padrões de qualidade de vida condizentes com alguns valores internacionais da cultura urbana contemporânea”, tais como: equilíbrio social, múltiplas op oes de lazer e cultura, meio ambiente equilibrado, trânsito fluido e espaços urbanos revitalizados (Ibidem). Nesse sentido, pode se dizer que, além dos benefícios   popula o local, a cria o de parques urbanos também pode contribuir para a promo o turística de uma cidade, o que remete ao assunto objeto desta pesquisa.

1.5 – Categorias de análise

Para conduzir uma análise geográfica   importante definir, desde o início, perspectivas e categorias de análise mais adequadas   temática em questão. Nesse sentido, Santos adverte:

Uma teoria, isto  , sua explica o,   um sistema construído no espírito, cujas categorias de pensamento reproduzem a estrutura que assegura o encadeamento dos fatos. Se a chamarmos de organiza o espacial, estrutura espacial, organiza o do espaço, estrutura territorial ou simplesmente espaço, só a denomina o  

que muda, e isto não é fundamental. O problema é encontrar as categorias de análise que nos permitem o seu conhecimento sistemático, isto é, a possibilidade de propor uma análise e uma síntese cujos elementos constituintes sejam os mesmos (SANTOS, 1988, p. 10).

Essa demanda se impõe devido às diversas correntes de pensamento contidas na geografia, que, por sua vez, permitem uma variedade de perspectivas de análise do espaço. Ora determinado a partir dos aspectos físicos (Geografia Tradicional), ora definido por meio das relações sociais (Geografia Historico-Dialética), ou mesmo por aspectos sensoriais e estruturas mais abstratas (Geografia Humana), o espaço segundo Santos (1988, p. 10) constitui na verdade uma “realidade relacional”, e nesse sentido o autor complementa que

o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. (Ibidem)

Por meio da concepção acima mencionada, Santos (1997) evoca também a noção de “totalidade”, que trata-se de “uma construção válida no exame da complexidade de fatores a serem examinados na análise do contexto espacial”, ao tempo que constitui também “um conceito abrangente” o que “importa fragmentá-lo em suas partes constituintes para um exame mais restrito e concreto”.

Para o referido autor essa fragmentação se estabelece por meio das categorias forma, função, estrutura e processo, sendo que

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. *Função*, de acordo com o *Dicionário Webster*, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (SANTOS, 1997, p. 50)

Tomados individualmente, os termos forma, função, estrutura e processo, representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Porém, considerados em conjunto, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual é possível discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (Ibidem, p. 52).

Assim sendo, a presente pesquisa, que adotou como suporte teórico-metodológico as referidas categorias, tem como objetivo não apenas descrever forma, função, estrutura e processo relacionados aos parques urbanos, mas também analisar a maneira como estes aspectos interagem para criar e moldar o espaço de Goiânia através do tempo.

CAPÍTULO 2 – PARQUES URBANOS DE GOIÂNIA

2.1 – O surgimento da nova capital

Goiânia foi construída em um momento em que o Brasil passava por grandes transformações políticas. Com a Revolução de 1930, ascendeu ao poder Getúlio Vargas. E em Goiás, com a vitória do movimento revolucionário, Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor.

A partir dessa conjuntura, em Goiás emergiram debates acerca da mudança da capital, até então estabelecida na Cidade de Goiás. E em 20 de dezembro de 1932 teve início o processo de transferência, com a assinatura do Decreto nº 2737/1932, que nomeou uma comissão para a escolha do local.

No dia 04 de março de 1933, foi apresentado um estudo selecionando a cidade de Campinas, tendo em vista que esta localidade possuía uma topografia adequada e promissora, em uma zona com maior desenvolvimento, com um vasto perímetro de terras produtivas e cobertas por uma excelente mata (FERREIRA, 2003, p. 45).

O primeiro projeto de Goiânia foi elaborado pelo o arquiteto-urbanista Atílio Correa Lima, inspirado na escola francesa de urbanismo do início do século XX, influencia que atribuiu funcionalidade ao traçado da capital. Entretanto, antes de concluir o projeto, Atílio rompeu o contrato com o governo de Goiás, sendo então substituído pelo engenheiro urbanista Armando de Godói, que deu continuidade ao plano, mas “seguindo orientação do modelo das cidades-jardins inglesas” (DAHER, 2009, p. 77).

Em síntese, as cidades-jardins, criadas por Ebenezer Howard, constituíam agrupamentos equilibrados, que usufruíam das vantagens do campo e da cidade evitando as deficiências de ambos. Assim sendo, dentre as principais preocupações de Howard, estava a necessidade de dotar a trama urbana de extensas áreas verdes constituídas de jardins, parques e bulevares, com vista à salubridade da cidade e possibilitar o acesso da população precariamente instalada nas cidades industriais, então existentes, a moradias de baixo custo e alta qualidade ambiental (OTTONI, 1996).

De acordo com Daher (2009, p. 83), Goiânia teria uma “faixa de áreas verdes ao seu redor”, separando a área rural da área urbana. E quanto à população excedente, foram previstas cidades-satélites para abrigá-la. Goiânia seria composta pelos Setores Central (zona comercial, residencial e centro administrativo), Norte (zona comercial, residencial popular, zona industrial e estrada de ferro), Sul (zona residencial e comércio local), e Oeste (zona residencial e comércio local). Nesse plano o Setor Oeste não chegou a ser desenhado, sendo reservado para quando o Setor Sul estivesse ocupado; e o Setor Leste não foi incluído.

Além do zoneamento acima mencionado, Attílio Corrêa Lima citou no plano original a criação de vários parques e áreas verdes, tais como: o Parque dos Buritis, o Bosque dos Bandeirantes, o Parque Botafogo, os Parques Lineares Capim Puba e Botafogo, o Parque Paineira, o Parque Aquático Jaó e o Jardim Zoológico (MARTINS JÚNIOR, 1996). Desse modo, foram definidos os primeiros parques urbanos de Goiânia, ainda que vários deles nunca tenham sido realmente implantados – alguns até o foram recentemente, mas sem a dimensão ou forma original.

2.2 – Expansão urbana *versus* conservação das áreas verdes

A urbanização constitui um dos processos mais marcantes na sociedade contemporânea. Quanto maiores e mais populosas as cidades, mais capazes são elas de abrigar uma extensa gama de atividades e serviços, estabelecendo, desse modo, “um tecido de interrelações mais eficaz do ponto de vista econômico” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 203).

Porém, a medida que as fronteiras econômicas se ampliam e mais áreas são ocupadas, verifica-se também um considerável recuo da natureza, o que provoca não apenas uma expressiva perda de diversidade biológica, mas também contribui para a degradação do ambiente urbano.

A cidade de Goiânia, mesmo projetada com base no modelo das cidades-jardins inglesas, o que refletiu no estabelecimento de diversas áreas verdes pelo município, também foi influenciada por essa lógica, que resultou na perda de parte significativa da cobertura vegetal prevista em seu plano original. Para compreender esse processo, vejamos primeiramente como se deu a expansão urbana da capital,

para, em seguida, identificar possíveis correlações com a redução da área verde de Goiânia.

2.2.1 – O processo de urbanização no município de Goiânia

A partir da caracterização histórica de Goiânia é possível compreender os diversos processos relacionados à constituição do município, inclusive o processo de expansão urbana da capital. Nesse sentido há vários autores que definem períodos analíticos distintos, com vistas a essa caracterização, mas, geralmente, a base para esses estudos tem sido os planos diretores vigentes, responsáveis por nortear o desenvolvimento e crescimento do município, em conjunto com as leis de parcelamento e de uso do solo.

Segundo Ribeiro (2004), Goiânia teve quatro³ planos diretores em sua história, sendo apenas três deles oficiais:

o primeiro, concluído e oficializado em 1938, desenvolvido inicialmente pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, de 1933-1935, e na sequência pelo engenheiro urbanista Armando de Godói, de 1935-1937; o segundo, não oficializado, desenvolvido pelo arquiteto Luís Saia, de 1959-1962 e que não teve a sua aplicabilidade e eficácia verificadas, devido ao momento político, a Revolução de 1964, que o tirou de cena, por considerá-lo produto de um comunista; e o terceiro real e o segundo oficializado em 1971, desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, de 1967-1969. O quarto [...] foi o da Engevix Engenharia S.A., desenvolvido de 1989-1992 e oficializado em 1994 (RIBEIRO, 2004, p. 37).

Relacionando a data de criação dos bairros de Goiânia com o período de vigência de cada um dos planos diretores foi possível identificar os seus efeitos na expansão urbana do município (Fig. 1).

³ Foram quatro planos diretores até o ano da referida publicação, ou seja 2004, entretanto no ano de 2007 foi oficializado um novo plano diretor, que atualmente encontra-se em vigor.

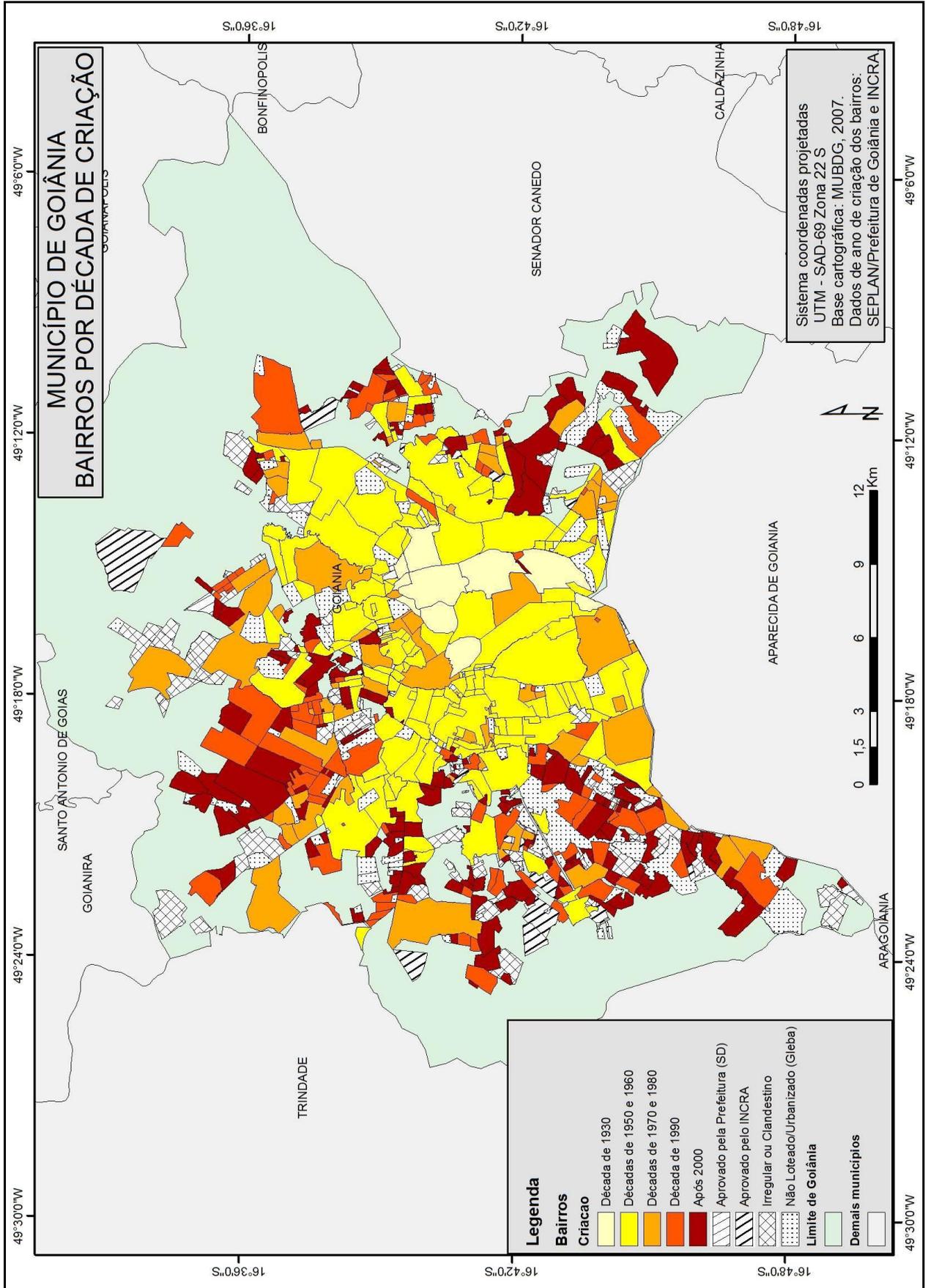


Figura 1 – Bairros de Goiânia-GO, por década de criação.
Autores: Diego Tarley Ferreira Nascimento e Carolina Ferreira da Costa Streglio, 2010.

No período que antecedeu a década de 1950, ou seja, a fase de vigência do primeiro plano diretor, percebe-se que poucos bairros foram criados (Tab. 1). Nessa época, o Estado exerceu um papel preponderante na formação do espaço goianiense, estabelecendo um controle que garantiu a expansão da cidade conforme o plano então idealizado.

Tabela 1 – Quantitativo de bairros conforme a década de criação.

PERÍODO	QTDE.
Década de 1930	08
Década de 1950	126
Década de 1960	34
Década de 1970	34
Década de 1980	34
Década de 1990	102
Após o ano 2000	180

Fonte: SEPLAM/Prefeitura de Goiânia (2011); compilado em ambiente SIG.

Entre as décadas de 1950 e 1960, em contraposição ao período anterior, houve uma explosão no ritmo de expansão, claramente expressa na figura 1. Dentre os fatores relacionados a esse incremento no número de bairros, pode se mencionar a liberação do processo de parcelamento à iniciativa privada, a revogação da obrigatoriedade de implantação de infraestrutura urbana mínima para a instalação dos loteamentos e a inexistência de um plano diretor que regulasse o crescimento da cidade, visto que o plano de Luís Saia não chegou a ser executado (RIBEIRO, 2004).

De acordo com Ribeiro (2004, p. 95), nas décadas de 1970 e 1980, já sob as diretrizes do plano diretor elaborado por Jorge Wilhelm e com a Lei de Loteamentos de 1971, Goiânia não expandiu significativamente seu espaço parcelado. Recorrendo novamente à figura 1, percebe-se o surgimento de bairros situados em áreas distantes da região central da cidade, o que ocorreu devido o surgimento de conjuntos habitacionais destinados a população mais pobre. Segundo a referida autora,

Essa política tinha objetivos político-ideológicos muito claros de afastar a população pobre da cidade. Oferecer a ela apenas o lote, como era feito até então, era investir na possibilidade de seu retorno imediato da periferia ao centro, proporcional à falta de recursos

urbanos disponíveis. Já instalá-la mesmo que precariamente em conjuntos habitacionais com um mínimo de infraestrutura, moradias de baixo custo relativo e alto alcance populacional atendia parcialmente aos objetivos de enraizá-la na periferia da cidade (RIBEIRO, 2004, p. 95)

A partir da década de 1990, com o plano diretor elaborado pela Engevix Engenharia S.A., o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – PDIG/1992, alguns autores indicam que se iniciou um novo ciclo de planejamento em busca pela reconstrução urbana de Goiânia, marcado pela “integração do aglomerado urbano” com a realização de projetos de transporte coletivo e pela “inserção dos planos de lazer e de meio ambiente na pauta do planejamento” (OLIVEIRA, 2007, p. 15).

Observando ainda a figura 1, nota-se que a partir do ano de 2000 o número de bairros volta a crescer, mas agora com os vetores de expansão apontando para as regiões sudoeste e noroeste da capital, localidades onde também se encontram um número significativo de glebas e bairros irregulares ou clandestinos (Tab. 2). Referente a esse período, também é importante salientar que em 2007 foi aprovado um novo plano diretor, então em vigência, e em 2009 foi lançado pelo Governo Federal o “Programa Minha Casa, Minha Vida”, que deu um novo fôlego ao mercado imobiliário, além de financiar a construção de vários conjuntos habitacionais destinados a famílias de baixa renda, executados pelo Governo Estadual e pela Prefeitura nas regiões norte, noroeste e sudoeste de Goiânia.

Tabela 2 – Quantitativo de bairros em Goiânia conforme a situação.

SITUAÇÃO	QTDE.
Aprovados (sem data de criação)	6
Aprovados pelo INCRA	18
Irregulares ou clandestinos	105
Não loteados/urbanizados (gleba)	178
Regularizados (com data de criação)	518
TOTAL	825

Fonte: SEPLAM/Prefeitura de Goiânia (2011); compilado em ambiente SIG.

2.2.2 – O processo de redução da cobertura vegetal no município de Goiânia

A fim de compreender a relação entre o processo de urbanização acima descrito e a redução de cobertura vegetal do município de Goiânia, realizou-se uma mensuração e análise baseada nas áreas verdes identificadas através do tratamento digital de imagens de satélite dos anos de 1986 (data mais coerente, considerando a disponibilidade de imagens e sua qualidade) e 2010, cujos resultados são demonstrados pelas figuras 2 e 3.

Conforme a quantificação realizada em ambiente SIG, no ano de 1986 a área revestida por cobertura vegetal em Goiânia era de 220,1 km², o que correspondia a 29,8% da área total do município, que possui 739,4 km². Cotejando as informações transmitidas pelas figuras 1 e 2, nota-se que as porções de área verde mais densas, compreendidas na zona urbana da capital, eram mais frequentes nos bairros mais distantes da região central de Goiânia, destacando-se aqueles situados à norte e noroeste. A caracterização realizada pelo PDIG/1992 indicou que, quanto à vegetação originária, na década de 1980 havia menos de 6% da área total:

Mesmo as matas ciliares, essenciais a preservação dos cursos d'água, eram raras e, quando existentes, apresentavam um elevado nível de degradação. Havia apenas resquícios de cobertura vegetal original, formando manchas com dimensões variadas até o máximo de 400 hectares, que apareciam com maior frequência no quadrante nordeste do município, em virtude provavelmente das características do terreno da região, de relevo acidentado, impróprio ao uso urbano (RIBEIRO, 2004, p. 101-102).

Se naquela época a situação já era crítica, em 2010 os dados tornaram-se ainda piores. De 1986 a 2010 a cobertura vegetal suprimida foi de aproximadamente de 52,7% (Fig. 4), resultando num total remanescente de apenas 104,1 km². Analisando a figura 4, observa-se que, além da intensa degradação ocorrida na zona rural, as áreas onde houve maior redução de cobertura vegetal apresentam uma significativa relação com as localidades onde foram criados bairros na década de 1990 e após o ano de 2000 (Fig. 1).

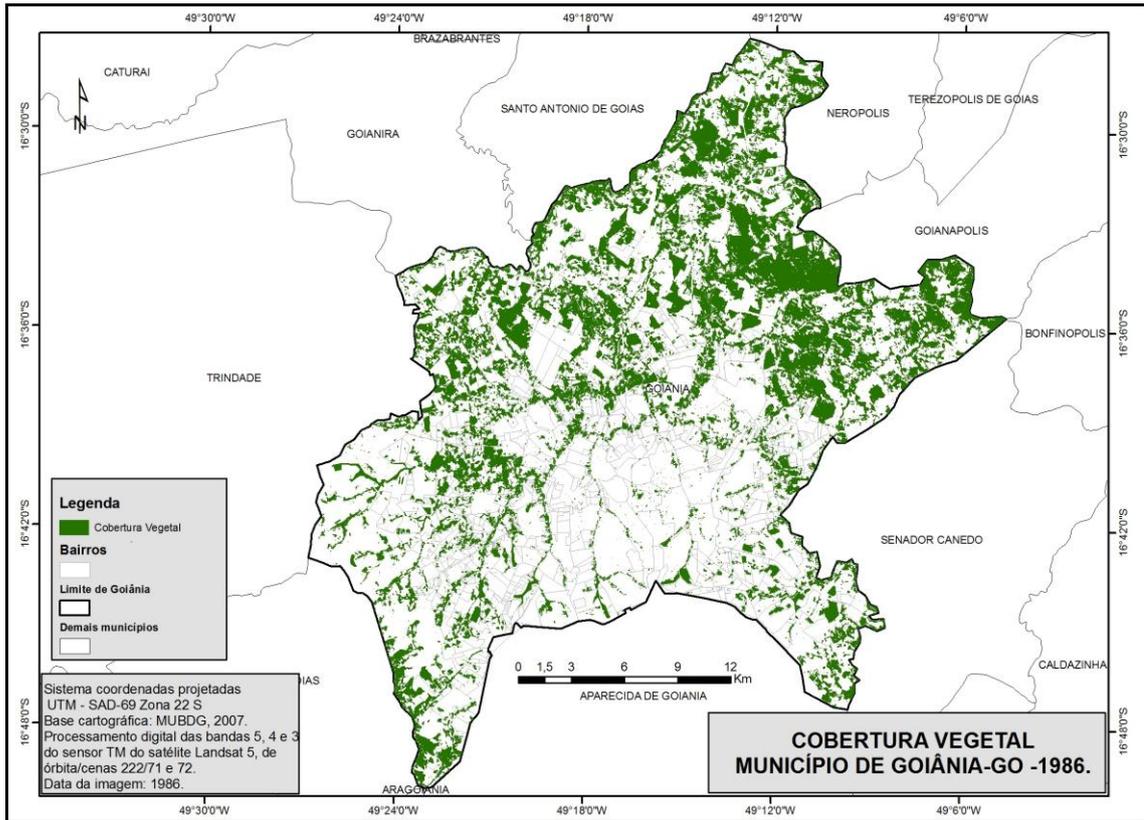


Figura 2 – Cobertura vegetal de Goiânia-GO, em 1986.

Autor: Diego Tarley Ferreira Nascimento, 2010.

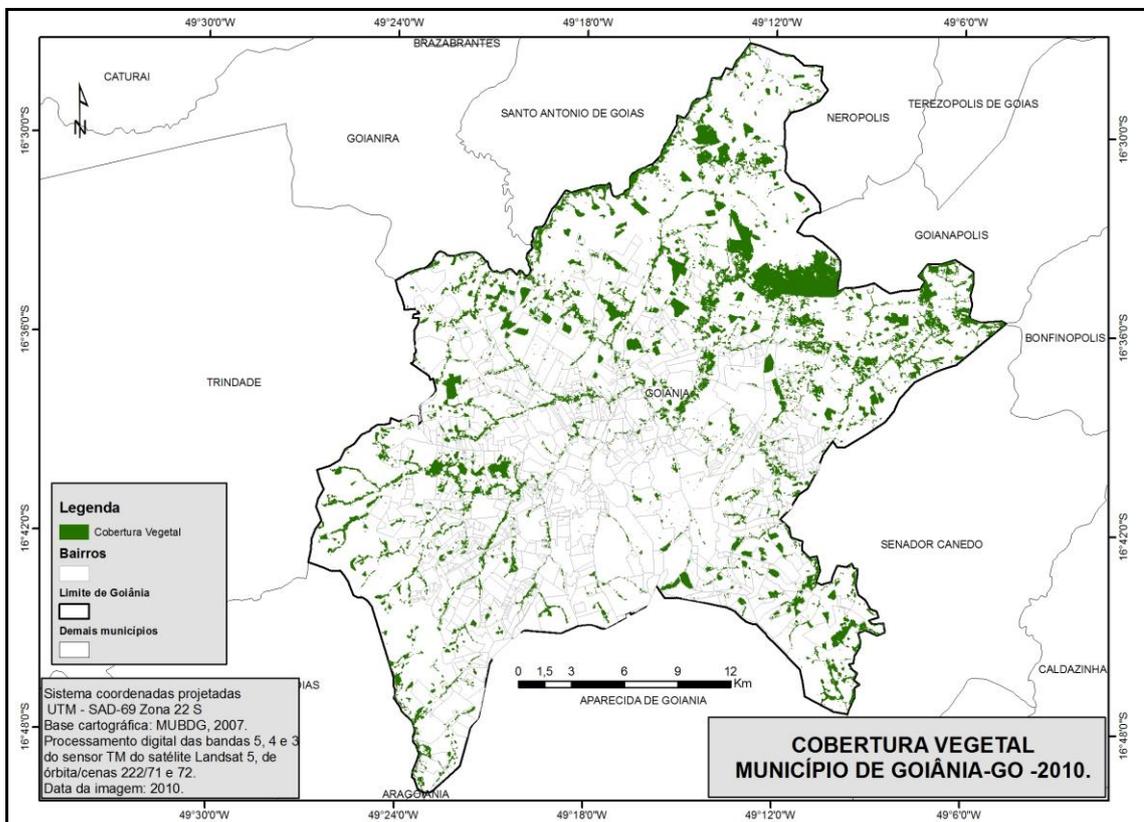


Figura 3 – Cobertura vegetal de Goiânia-GO, em 2010.

Autor: Diego Tarley Ferreira Nascimento, 2010.

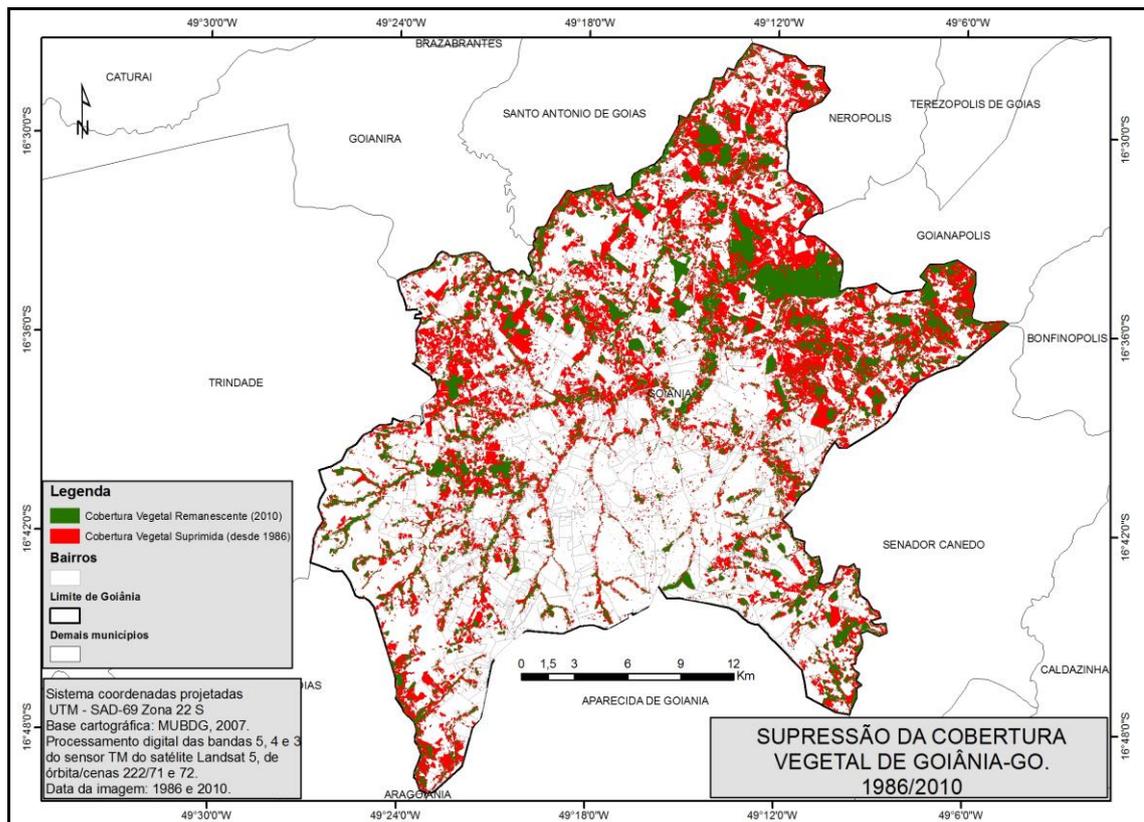


Figura 4 – Supressão da cobertura vegetal de Goiânia, de 1986 a 2010.
 Autor: Diego Tarley Ferreira Nascimento, 2010.

2.3 – Os parques de ontem e os parques de hoje

Considerando os parques previstos no plano original de Goiânia, pode se mencionar as seguintes alterações entre as décadas de 1950 e 1990: o Bosque dos Bandeirantes tornou-se o Lago das Rosas; o Parque Capim Puba foi fragmentado, sendo uma parte transformada na antiga Rodoviária, outra parte em uma praça e outra em uma subestação da CELG; a área ocupada pelo Parque Paineira foi transferida para clubes de empresas estatais (CELG, TELEGOIÁS e SANEAGO⁴); e a área do Parque Linear Capim Puba foi ocupada por residências, assim como ocorreu com parte da área do Parque Linear Botafogo (MARTINS JÚNIOR, 1996).

O Parque dos Buritis, que possuía 400.000 m², foi reduzido a uma área de aproximadamente 124.800 m², em virtude de “doações” realizadas pelo Estado a escolas particulares, a construção da Assembléia Legislativa, do Fórum e do

⁴ Companhia Energética de Goiás (CELG); Telecomunicações de Goiás S.A. (TELEGOIÁS) e Saneamento de Goiás S.A. (SANEAGO).

Tribunal de Justiça e, ainda, devido loteamentos totalmente ilegais, que desvirtuaram o uso do solo com quadras inteiras destinadas ao comércio, entre a Avenida Assis Chateaubriand e a Rua 106, no Setor Oeste (Ibidem).

Segundo Martins Júnior (1996), o Parque Botafogo, criado com objetivo de preservar uma mata de 540 mil m², também perdeu grande parte de sua área, reduzida para 172 mil m², devido à abertura de ruas e avenidas, como a marginal Botafogo e a Avenida Araguaia, que cortou o bosque ao meio, e à ocupação ilegal ocorrida nas décadas de 1960 e 1970.

A área hoje ocupada pelo Jardim Botânico, inicialmente com 1,2 milhão de m², foi reduzida para 960 mil m², devido à abertura da Avenida 3^a Radial, que o dividiu em duas partes, além da ocupação em 30% de sua superfície por cerca de 500 famílias, o que provocou o desmatamento de aproximadamente 40% da vegetação. Já o Parque Areião, que compreendia uma área de aproximadamente 360 mil m², também foi dividido em dois, com a abertura da Rua 90, sendo a parte de baixo totalmente ocupada por órgãos públicos e por propriedades particulares, e a parte de cima preservada no que hoje é um parque, de mesmo nome, que abarca uma área de cerca de 215 mil m² (MARTINS JÚNIOR, 1996).

A partir da década de 1990, com a ascensão da temática ambiental, a causa ecológica tornou-se parte integrante das políticas públicas, o que interferiu fortemente nas gestões do município de Goiânia.

Darci Accorci, por exemplo, eleito prefeito em 1993, utilizou-se do título que considerou Goiânia uma das cidades que mais investiu na qualidade de vida de sua população, para elencar o epíteto de “cidade ecologicamente correta”, que se transformou em símbolo dessa administração (ARRAIS, 2001).

Na administração seguinte, estabelecida entre os anos de 1997 e 2000, o prefeito eleito, Nion Albernaz, deu seguimento à causa ecológica, mas agora considerando Goiânia como a “cidade das flores”. Neste contexto, a prefeitura procurou exaltar a qualidade de vida da cidade e promover a ideia de que Goiânia revestia-se de flores, mesmo que na verdade esta realidade se restringisse a poucas regiões da cidade, especialmente as centrais (Ibidem).

Na gestão subsequente, exercida por Pedro Wilson, se desenvolveu o chamado Orçamento Participativo e a Conferência da Cidade, o que possibilitou “um amplo debate social” sobre a normatização, os usos e as intenções acerca da cidade. Essa administração, marcada pelo *slogan* “Goiânia: você fazendo parte”, não

se promoveu a partir de aspectos relacionados à temática ambiental, mas sim por validar a decisão popular em sua administração (OLIVEIRA; CHAVEIRO, 2008, p. 198).

Entre os anos 2005 e 2010, com a eleição de Iris Rezende para a prefeitura de Goiânia, o número de parques na cidade praticamente quadruplicou, saltando de 06 unidades para um total de 22 parques e bosques, em uma gestão que se destacou a partir da alcunha “Goiânia: o trabalho que você vê”.

Atualmente, sob a gestão de Paulo Garcia, o empenho na criação de parques continua e já somam 30 unidades inauguradas (Fig. 5). A prefeitura atribui esse fenômeno ao intenso investimento do poder público na preservação das áreas verdes do município, no entanto, diante desse vertiginoso crescimento, cabe questionar os critérios e o modo de implantação adotados na implantação desses parques urbanos.

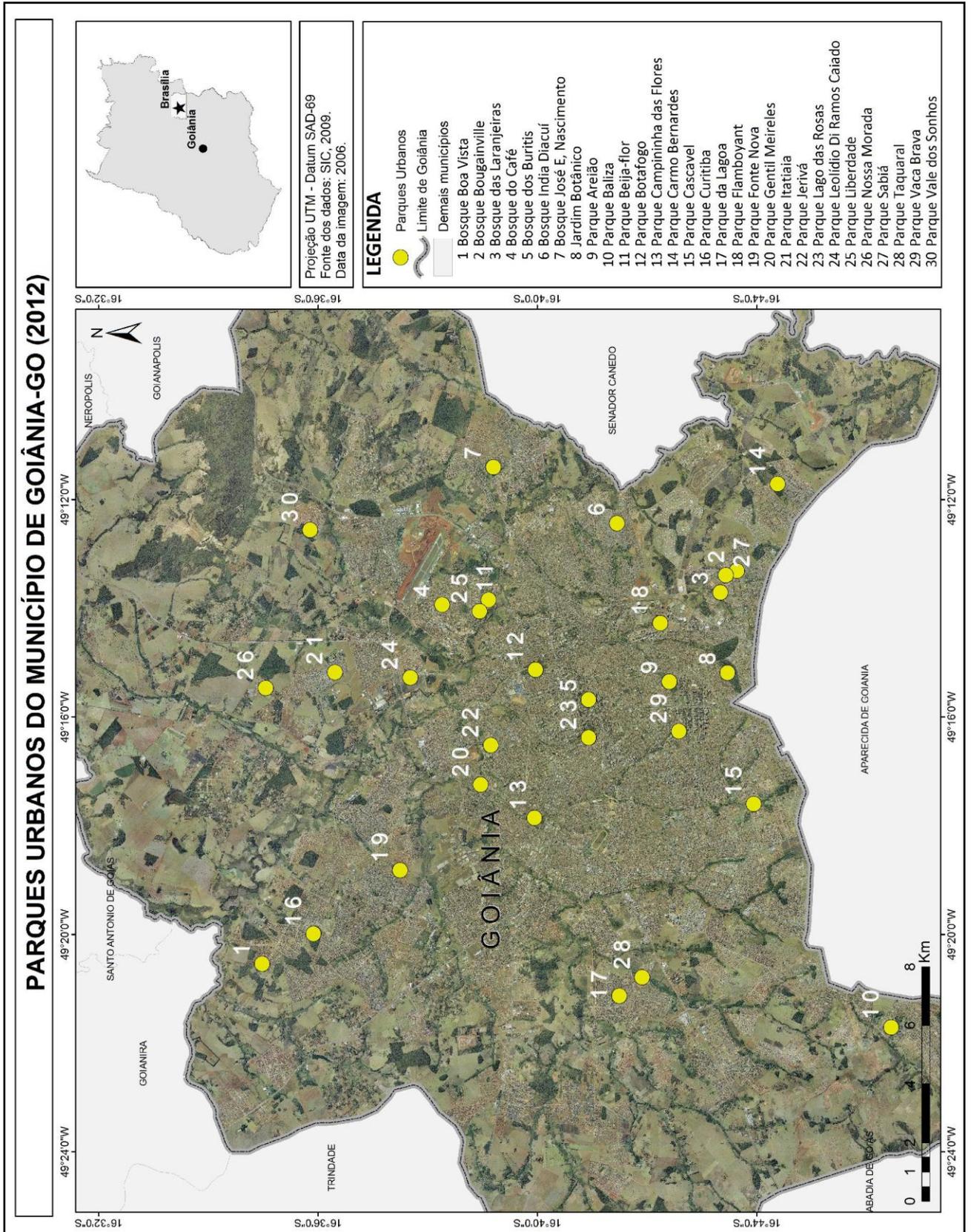


Figura 5 – Mapa de localização dos parques urbanos de Goiânia.
 Autora: Carolina Ferreira da Costa Streglio, 2012.

CAPÍTULO 3 – A DINÂMICA ESPACIAL DO PARQUE FLAMBOYANT E DO PARQUE DA LAGOA

De acordo com a AMMA (GOIÂNIA, 2012a), há no município de Goiânia 192 unidades de conservação, dentre as quais somente 30 recebem a denominação de parque municipal pelo referido órgão. Para compreender a dinâmica espacial dos parques urbanos de Goiânia, no presente trabalho foram selecionadas duas dessas áreas verdes: o Parque Flamboyant e o Parque da Lagoa.

No processo de seleção das áreas de estudo, o primeiro critério adotado foi sua localização, tendo em vista o objetivo de analisar as possíveis distinções entre os parques de bairros centrais/nobres e aqueles de áreas periféricas. E, em seguida, a escolha se deteve ao aspecto temporal, concentrando-se nos parques criados após 2005, quando houve um amplo crescimento no número de parques urbanos em Goiânia.

Dentre os parques de área nobre, o Parque Flamboyant foi escolhido devido seus atributos paisagísticos, arquitetônicos e ecológicos, bem como por sua evidência tanto nos discursos oficiais quanto na mídia local; enquanto o Parque da Lagoa foi selecionado, dentre os parques periféricos, devido o prévio conhecimento dessa área de estudo por parte desta autora, associado às suas distinções com relação ao primeiro parque, em termos de dimensão, cobertura vegetal e infraestrutura.

3.1 – Parque Flamboyant

O Parque Flamboyant localiza-se no bairro Jardim Goiás, na região sudeste de Goiânia, em uma área de 130.000m². Desde a aprovação do parcelamento do referido bairro, por meio do Decreto nº 18, de 22 de setembro de 1950, já estava prevista a criação desta área verde, no entanto o parque somente foi inaugurado em 15 de setembro de 2007.

A área ocupada pelo parque pertencia ao empresário Lorival Louza, que, no passado, doou parte do terreno para o antigo Automóvel Clube. Segundo Guimarães (2010), esse clube, fundado em 10 de junho de 1962, por intelectuais e políticos

goianos, ocupava uma área de 87.332,00m², porém, no decorrer dos anos, devido sua situação de abandono, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Goiânia solicitou o tombamento da área, que somada a outros terrenos de propriedade de Lorival Louza, originou o Parque Flamboyant.

Abrigando remanescentes de mata de galeria, áreas de brejo, além da nascente do Córrego Sumidouro, o parque alcançou apenas o grau cinco no índice de preservação dos remanescentes de vegetação (que varia de zero a dez), conforme o Zoneamento Ecológico-Econômico de Goiânia (GOIÂNIA, 2008a). De acordo com o referido relatório, o baixo grau de preservação das áreas destinadas a unidades de conservação em Goiânia relaciona-se

tanto à falta de gerenciamento do poder público, quanto à falta de iniciativas dos empreendedores de parcelamentos do solo que, no ato da implantação dos setores, não promovem a implantação destas Unidades de Conservação, ficando as mesmas sujeitas à extração de material biológico, à deposição irregular de entulho, aos mais diversos tipos de ocupações irregulares, dentre outros problemas que afetam o meio biótico (GOIÂNIA, 2008a, p. 155).

Além dos elementos naturais acima mencionados, o Parque Flamboyant possui também dois lagos, pontes de madeira, mirante, parques infantis, ciclovia, pista de *cooper*, estação de ginástica, e um jardim japonês.

3.1.1 – Forma

Segundo Santos (1997, p. 50) “forma é o aspecto visível de uma coisa”, refere-se “ao arranjo ordenado de objetos”. Para Rodrigues (1999, p. 48), dentre as categorias de análise espacial, o estudo da forma pretende expressar a “concretude do espaço”.

Por meio da visão vertical, proporcionada pelas figuras 6 e 7, é possível analisar em termos de conjunto as formas geográficas que compõe o Parque Flamboyant.



Figura 6 – Ortofoto do Parque Flamboyant do ano de 2006, com destaque para o seu perímetro.
Fonte: AMTEC, 2006.



Figura 7 – Imagem de satélite do Parque Flamboyant do ano de 2008, com destaque para o seu perímetro.
Fonte: Google Earth, 2008.

Comparando as referidas imagens, que correspondem, respectivamente, à área do Parque Flamboyant no ano anterior e no ano posterior a sua inauguração, nota-se que em 2006 ainda haviam ruas não pavimentadas no entorno do parque, o que já não se verifica na imagem de 2008. Também é possível observar que o número de edificações nos terrenos que circundam o parque, principalmente a sua margem esquerda, aumentou significativamente, considerando esse curto intervalo de tempo (Fig. 8).



Figura 8 – O Parque Flamboyant em primeiro plano e, ao fundo, os edifícios em construção.
Autora: Carolina Ferreira da Costa Streglio, 2009.

No interior do parque, as principais distinções referem-se à remoção da piscina e quadras esportivas (porção norte), construídas ali no período de funcionamento do antigo Automóvel Clube, e a construção de vias de circulação de pedestres.

De acordo com Santos (2003, p. 193), “através da ação sobre as formas, tanto novas como renovadas, o planejamento urbano constitui muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas”. Nesse sentido, Trindade Júnior (1996) ressalta que

Em momentos históricos determinados, áreas e formas espaciais, em razão de condições de infraestrutura, localização e qualidade do terreno, não adquirem importância tão grande a ponto de despertarem a atenção da promoção imobiliária. [...] Com o crescimento da cidade, a expansão de seus limites, bem como a realização de obras de renovação urbana ou dotação de infraestrutura, tais áreas redefinem-se espacialmente e passam a ser valorizadas. Tornam-se, por isso, espaços seletos para moradia de camadas sociais de médio e alto *status*. Muda-se, assim, o caráter da segregação do espaço e a fisionomia da cidade, que passa a ter não só novas formas, como também novos conteúdos sociais (TRINDADE JÚNIOR, 1996, p. 137).

Tendo em vista essas considerações, bem como as nítidas alterações observadas no entorno do Parque Flamboyant, são no mínimo questionáveis as intenções do poder público ao transformar essa área verde, até então abandonada, em um parque de belas formas e forte apelo imobiliário.

Concernente à categoria forma, outro aspecto relevante refere-se à concepção arquitetônica. Segundo Laki e Lipai (2007, p. 17), “espaço, tempo e matéria constituem os elementos básicos com que o arquiteto-urbanista pensa e concebe um espaço”. Nessa conjuntura,

A forma, definida pela geometria, constrói ambientes extraídos da matéria (substância, textura e cor). E esta se traduz em elementos que, em conjunto, vão oferecer condições (adequadas ou não) para que um espaço possa ser percebido pelo ser humano, estimulando respostas positivas ou negativas diante do mesmo (LAKI; LIPAI, 2007, p. 17).

Tendo em vista a importância do valor estético na produção arquitetônica, Moreira (2008) indica que a estética de uma forma depende da subjetividade do observador. Não obstante, podem-se estudar os fatores que levam a uma emoção positiva. Esses fatores seriam as cores e o jogo que se estabelece entre elas, as sombras, as luzes, as relações de volume entre as formas, que variam em função da distância que separa o observador da forma considerada. Assim sendo, se um máximo de fatores positivos for reunido, a forma será considerada como estética pela maioria das pessoas.



Figura 9 – Imagens do Parque Flamboyant: lago e jardim japonês, respectivamente.
 Autor: Herson Brenno Moreira Streglio, 2011.

Considerando a atratividade que o Parque Flamboyant exerce, seja no tocante às edificações que se aglomeraram no seu entorno, seja pelo seu grande número visitantes, cujo quantitativo não é oficialmente estimado, porém expressa-se visivelmente, pode se dizer que as formas que compõem o parque certamente proporcionam os estímulos positivos supracitados. Tanto pela exuberância de seus elementos naturais (lagos e árvores de grande porte), quanto pelos detalhes arquitetônicos e paisagísticos, que realçam contornos e concebem formatos geometricamente harmônicos.

3.1.2 – Função

Segundo Rodrigues (1999, p. 73) “a função expressa uma tarefa ou atividade de cada elemento num determinado momento do processo espacial”. Nesse contexto, Santos (1997, p. 51) destaca que a função “é a atividade elementar de que a forma se reveste”.

Durante a aplicação de questionários aos usuários do Parque Flamboyant, indagou-se sobre a motivação da visita ao referido espaço, e dentre as respectivas respostas foram mencionados o passeio com crianças, os atributos do parque, tais como sua beleza e tranquilidade, a intenção de descansar, a ocasião de um encontro e o passeio com amigos, dentre outros. Indicações que demonstram que o Parque Flamboyant constitui um espaço de lazer e interação social (Figs. 10 e 11).



Figura 10 – Parque Flamboyant: passeio com os filhos.
Autora: Carolina Ferreira da Costa Streglio, 2009.



Figura 11 – Parque Flamboyant: encontro e descanso à beira do lago.
Autora: Carolina Ferreira da Costa Streglio, 2009.

A predominância desse tipo de uso confirma-se também no trabalho de Guimarães (2010), que em sua pesquisa sobre a influência dos parques urbanos no planejamento e desenvolvimento das cidades, concluiu que 65% dos entrevistados frequentavam o Parque Flamboyant para fins de lazer, 25% para a prática esportiva

(essencialmente *cooper*) e 10% para atividades relacionadas ao comércio.

Tendo em vista a importância do lazer em nosso dia-a-dia e ressaltando, ainda, a escassez de espaços destinados a essa prática, Marcellino (2006, p. 15) indica que o lazer deve ser considerado “um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural”, e nesse sentido o autor complementa:

Além do descanso e do divertimento, [valores comumente associados ao lazer], outra possibilidade ocorre no lazer, e, normalmente, não é tão perceptível. Trata-se do desenvolvimento pessoal e social que o lazer enseja. No teatro, no turismo, na festa, [e porque não dizer no parque], estão presentes oportunidades privilegiadas, porque espontâneas, de tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas (MARCELLINO, 2006, p. 14).

Segundo Wilmar Pires da Silva, chefe da administração do Parque Flamboyant, dentre as funções atribuídas a um parque urbano pode-se mencionar, além do lazer, “os aspectos relacionados a melhores condições de vida, como a qualidade do ar e a conservação das espécies”.

Considerando essa perspectiva é possível destacar também a “função das áreas verdes relacionada com a permeabilidade de sua superfície” (NUCCI, 2008, p. 17), e, ainda a capacidade dos parques urbanos amenizarem o efeito do aquecimento superficial das cidades, tendo em vista “a presença de vegetação densa, capaz de absorver o calor irradiado pela superfície ou barrar a radiação solar que chegaria ao solo”, bem como pela atuação dos corpos hídricos encontrados frequentemente nesses espaços (ÁVILA et al., 2011).

Tais funções ecológicas, assim como aquelas associadas ao lazer, constituem, em suma, elementos que agregam qualidade ao ambiente demasiadamente construído das grandes cidades, atribuindo, por sua vez, qualidade de vida à população citadina.

3.1.3 – Estrutura

De acordo com Santos (1997, p. 50) a “estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. Já Rodrigues (1999, p. 73-74) salienta que “enquanto as categorias anteriores – forma e

função – se referem à disposição e ação dos elementos de per si, a estrutura dá conta do dinamismo espacial presente, expressando a rede de relações”.

A estrutura física do parque, assim como já foi mencionada, é composta basicamente pelos elementos considerados naturais (remanescentes de mata de galeria, áreas de brejo e nascentes) e pelas edificações e mobiliários urbanos (pistas de caminhada e ciclismo, parques infantis, sede administrativa, bancos, bebedouros, telefones públicos, coletores de lixo, etc.). Além disso, é importante citar que o parque dispõe do serviço de Wi-Fi (rede de internet local sem fio) aberta aos seus usuários, o que ainda não é comum a todos os espaços públicos goianienses.

Por meio da aplicação de questionários, verificou-se que, quanto à qualidade da infraestrutura, todos os visitantes do Parque Flamboyant a consideraram boa ou ótima, dentre os quais 50% disseram que não havia nada o que melhorar nesse espaço.

Partindo para uma visão mais ampla e considerando as estruturas em que o parque está inserido, uma das perspectivas de análise possível se refere à inserção dessa área verde na dinâmica imobiliária da região.

Acerca da composição do Jardim Goiás, Moysés et al. (2007) destacam que

Hoje, o Jardim Goiás (região sudeste), abriga grandes empreendimentos imobiliários, tais como: escolas, universidades, flats, hotéis, edifícios inteligentes para escritórios, torres de apartamentos para possuidores de renda média e alta, hipermercados (Carrefour Sul e Wal Mart), grande loja de bricolagem e plantas comerciais para acomodar um comércio diversificado voltada para a população de renda mais elevada. Valorizando ainda mais a região, no ano de 2006 foi inaugurado nas proximidades, que ficou cunhada como “eixo da expansão endinheirada da cidade”, o Centro Cultural Oscar Niemeyer, um amplo conjunto voltado à arte, com 17.000m² de área construída (MOYSÉS et al., 2007, p. 47).

Nessa configuração, a criação do Parque Flamboyant agregou ainda mais valor a esse espaço. Conforme se observa na tabela 3, entre os anos de 2005 e 2006, quando iniciaram as obras de construção do parque, o valor do metro quadrado na referida área praticamente dobrou.

Tabela 3 – Valor do metro quadrado da terra nua (em reais) conforme a planta de valores de Goiânia (para cálculo de outorga onerosa)

LOCAL	ANO										
	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998
Quadra C-02 (Pq. Flamboyant)	161,19	154,71	150,00	79,24	73,89	66,56	60,00	29,35	27,67	25,41	25,00

Fonte: PERES, 2009/SEPLAM, 2008.

Segundo Achcar (2008, p. 77), a valorização imobiliária, que pode ser facilmente observada nos bairros mais dinâmicos da cidade, especialmente no caso do Jardim Goiás, “teve repercussão fundamental em sua consolidação como área de intensa especulação da terra urbana”. E nesse contexto, a referida autora ressalta que

Desde as primeiras tentativas de organização espacial e territorial deste setor da cidade, o capital particular, em forma de terras, se firma de maneira especulativa, e com transações econômicas que geram contrapartida junto ao poder público, sem promover benefícios para a comunidade, mas sim sob a forma de mais infraestrutura para a região (ACHCAR, 2008, p. 74).

A respeito desse tipo de permuta praticada entre poder público e poder privado, pode se mencionar o próprio caso do Parque Flamboyant, cuja implantação envolveu investimentos de origem privada, em troca da alteração do gabarito dos terrenos circunvizinhos por parte da prefeitura, o que possibilitou a construção de edifícios de mais de 20 andares nas proximidades do parque (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2009, p. 66).

Nessa trama de interesses, conforme Sposito (1997),

A nível intra-urbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos pois é preciso valorizar as áreas (SPOSITO, 1997, p. 74).

E nesse sentido, Achcar (2008) aponta que

As praças, os parques antes voltados à animação e ao lazer, adquiriram novas configurações, adaptadas às transformações engendradas pelo poder do gestor público, ora para atender interesses políticos, econômicos e culturais da cidade, ora para

atender interesses de empreendimentos financeiros de caráter capitalista dominante. Essas mudanças na forma de conceber os locais de convivência pública trouxeram novas formas e funções aos diferentes espaços da cidade, onde a natureza [...] é propagada como um bem comum, porém propriedade apropriada pelo setor público e pelo setor privado. (ACHCAR, 2008, p. 120).

Esses arranjos e conflitos que caracterizam a dinâmica imobiliária do Jardim Goiás, bem como de diversas outras áreas urbanas, evidenciam uma rede de interrelações, que no caso do Parque Flamboyant envolve seus usuários, os moradores que se aglomeram em seu entorno, os indivíduos que desempenham alguma atividade comercial, os proprietários de terras localizadas nas suas imediações, as construtoras, incorporadoras e corretoras imobiliárias, os agentes estatais, dentre outros.

Essa composição revela aspectos da estrutura socioeconômica do município de Goiânia e permite compreender porque determinados valores e funções são atribuídos às formas geográficas que constituem o Parque Flamboyant.

3.1.4 – Processo

Conforme Santos (1997, p. 50), “o processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer”. Já Trindade Júnior (1996, p. 134) destaca que “o tempo é considerado como processo e indica o movimento do passado ao presente e deste em direção ao futuro, tornando-se uma propriedade entre forma, função e estrutura”.

Para compreender como a categoria processo se expressa no Parque Flamboyant, analisar-se-á o histórico de origem dessa área verde, ponderando a princípio a constituição do Jardim Goiás, bairro onde está inserido o referido parque.

De acordo com Oliveira e Peixoto (2009, p. 64), o bairro foi criado em 1950, a partir do loteamento de parte das terras da Fazenda Botafogo, de propriedade do empresário Lourival Louza. No fragmento do memorial do projeto urbanístico, abaixo transcrito, de autoria do engenheiro-arquiteto Roberto Magno Ribeiro, o domínio das áreas verdes, bem como a sua destinação, são atribuídos a Lourival Louza, o empreendedor do Jardim Goiás.

Dentro do plano geral de urbanização foram previstas áreas para a localização adequada de estabelecimentos escolares, centro de

saúde, parque infantil, igrejas, centro esportivo e recreativo, etc. Estas áreas, que na planta se mostram ajardinadas, ficarão reservadas e de posse do proprietário do “Jardim Goiaz”, que fará delas oportuna doação ou concessão a entidades públicas ou particulares, para os fins indicados no projeto, ou outro mais apropriado, desde que não sejam para fins industriais ou outro qualquer que venha prejudicar o caráter essencialmente residencial do bairro projetado. Núcleos comerciais ou comerciais-residenciais poderão ser localizados em algumas destas áreas, notadamente nos Jardins 4, 9 e 16, assim como nos parques adjacentes à Praça B, sem prejuízo para os espaços livres, cuja área total atinge porcentagem bastante elevada (RIBEIRO, 1950, p. 2)

Desfrutando dessa reserva de terrenos que lhe foi assegurada no projeto urbanístico do referido bairro, Lourival Louza doou parte da área destinada à implantação de um parque municipal, conforme consta no decreto de aprovação do parcelamento Jardim Goiás⁵, para a construção do Automóvel Clube de Goiás, inaugurado no ano de 1962.

Sobre esse procedimento, a Prefeitura de Goiânia⁶ registra que

O loteamento Jardim Goiás foi generosamente contemplado com espaços livres verdes, na proporção de 14,6% do total da área urbanizada. Estes espaços foram constituídos de 260.570 m² de parques públicos; 43.935 m² de jardins públicos; e de 70.158 m² de praças públicas, perfazendo 374.663 m² de áreas verdes públicas. Paradoxalmente, o loteador do Jardim Goiás realizou a doação de uma área de 87.332 m² na nascente do manancial [Córrego Sumidouro] ao Automóvel Clube, segundo transcrição nº 54.955, Lv. 3-AN do Cartório do 3º Ofício. Contrariando os mais comezinhos princípios dos direitos urbanístico e ambiental, esta transação foi aceita pelo cartório do registro de imóveis (GOIÂNIA, 2007a, p. 46).

Ao longo das três primeiras décadas de implantação do Jardim Goiás e com parte de sua ocupação já consolidada, o referido bairro não sofreu grandes mudanças em sua organização espacial. “Neste período, somente a construção do Estádio Serra Dourada, fundado no ano de 1975, se destaca como grande equipamento polarizador de atração, que viabilizaria a migração da população para esta parte da cidade” (ACHCAR, 2008, p. 88).

Porém, a partir do final da década de 1970 e início de 1980, materializa-se uma mudança substancial na estrutura do Jardim Goiás, que, de bairro residencial,

⁵ Decreto nº 18, de 22 de setembro de 1950.

⁶ O referido registro está presente na publicação “Resgate do Berço Ecológico de Goiânia”, que apresenta o balanço dos trabalhos realizados pela Prefeitura na área do meio ambiente, no período de 1993 a 1996.

paulatinamente vai tomando feições de espaço voltado para intensa articulação do mercado metropolitano, passando a configurar-se como “pólo de atração ao consumo” (Ibidem, p. 79).

Com a construção do primeiro shopping da capital de Goiás, o Shopping Flamboyant, no ano de 1981, a região valorizou-se, as obras viárias e o transporte público foram garantidos, e empreendimentos correlatos surgiram: hipermercados, redes de *fast food*, rede de hotéis e concessionárias de veículos importados. “Esses serviços e comércios, reforçados pelo Plano Diretor de 1992, que promovia o adensamento da região, impulsionaram o uso residencial do Jardim Goiás, incentivado com a inauguração de um parque ‘ecologicamente correto’” (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2011, p. 5).

Em contraposição ao processo de expansão comercial por que passava o Jardim Goiás, o Automóvel Clube não conseguiu consolidar-se; tornou-se uma área abandonada, alvo de vândalos, e após longo período em litígio com Lourival Louza e a Municipalidade, em setembro de 2006, por decisão judicial, houve a reintegração de posse dessa área por parte da Prefeitura de Goiânia. O referido terreno somado a outras áreas localizadas nas suas imediações, doadas por Lourival Louza, deram origem ao Parque Flamboyant (ACHCAR, 2008, p. 124).

Segundo Oliveira e Peixoto (2009, p. 66), a construção do Parque Flamboyant no lugar do antigo Automóvel Clube, apenas “reafirmou as relações entre a empresa Jardim Goiás Empreendimentos (a descendência de Lourival Louza) e o poder público”.

Este parque, com seu surpreendente jardim japonês, embora a mais significativa imigração para Goiânia tenha sido a de origem árabe, foi construído às expensas dessa empresa que, por sua vez, era a proprietária da maioria dos terrenos localizados no seu perímetro. A contrapartida obtida foi a alteração do gabarito desses terrenos, possibilitando a construção de edifícios de mais de 20 andares. São apartamentos anunciados em encartes luxuosos que “civilizam” a elite goiana com seus espaços gourmet, spas e salas fitness, entre outras veleidades (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2009, p. 66).

A construção de edifícios dessa dimensão, tão próximos ao parque, já foi contestada devido o risco de suas fundações afetarem o lençol freático. O próprio administrador do Parque Flamboyant admitiu, quando entrevistado, que

O volume das minas do parque já reduziu bastante devido essa situação. Os prédios acabam bombeando a água das minas para a

rua e muitos moradores acham que o desperdício de água é culpa dos administradores do parque. Seria necessário construir valas de infiltração que conduzissem essa água bombeada dos prédios para o lago do parque. (Informação verbal)

Porém, segundo o entrevistado, ainda não foi adotada solução para o referido problema, e, enquanto isso, a construção dos prédios continua, devidamente autorizada pela prefeitura.

Segundo o poder público, o Parque Flamboyant, que consumiu recursos da ordem de R\$ 2.300.000,00 na sua construção e no ano de 2012 completa cinco anos, tem como objetivo resgatar à população o uso comum de “uma área sujeita à depredação e à especulação” (GOIÂNIA, 2007b). No entanto, esse objetivo, assim como qualquer outro, implica em um processo, uma ação contínua, agindo e reagindo às diversas forças envolvidas nessa dinâmica espacial.

3.2 – Parque da Lagoa

O Parque da Lagoa ou Parque João Carlos Fernandes de Oliveira, assim denominado em homenagem a uma antiga liderança comunitária do Parque Industrial João Braz, foi inaugurado em 26 de junho de 2008, em uma área de 38.347,94 m², localizada na região oeste da capital.

Segundo notícia publicada no *site* da Prefeitura de Goiânia, o manancial existente nessa área abrigava uma rica fauna aquática até a década de 1980. Entretanto, em função de intervenções de impacto negativo, o local foi aterrado na década de 1990, transformando-se em um grande matagal que passou a abrigar um depósito de lixo (GOIÂNIA, 2008b).

Ainda de acordo com a Municipalidade, devido essa situação, em 2007 a AMMA iniciou um processo de recuperação desse espaço, executando a limpeza completa do terreno, demarcação da área da lagoa e perfuração da mina que dava origem ao manancial, bem como o projeto de recuperação florística da área.

Hoje, além da lagoa, que possui 2.322m² de extensão e 2,5 metros de profundidade, o Parque da Lagoa abriga um parque infantil, uma pista de caminhada, uma estação de ginástica, um campo de futebol, uma pista de skate e uma quadra poliesportiva.

3.2.1 – Forma

De acordo com Santos (1997),

As formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social (SANTOS, 1997, p. 2).

Nesse contexto, Carlos (2007) destaca que

O processo de reprodução espacial metropolitano que se faz a partir da articulação entre formas antigas que sobrevivem à devastação imposta pelo 'novo', é marcado por relações diferenciadas e pela articulação de tempos diferenciados (CARLOS, 2007, p. 58).

Por meio das figuras 12 e 13, que correspondem à área do Parque da Lagoa nos anos de 2006 e 2008, respectivamente, é possível notar as formas que permaneceram (como, por exemplo, as quadras de esporte) e as formas que foram criadas a partir da implantação do parque (tais como as estações de ginástica e a lagoa). As referidas imagens permitem também observar que em 2006 ainda haviam ruas não asfaltadas no entorno do parque, enquanto na imagem de 2008 tais logradouros já se encontram pavimentados.



Figura 12 – Imagem de satélite do Parque da Lagoa do ano de 2006.
Fonte: Google Earth, 2006.



Figura 13 – Imagem de satélite do Parque da Lagoa do ano de 2008: (a) quadras de esporte, (b) estações de ginástica e (c) lagoa.
Fonte: Google Earth, 2008.

Referente à fitofisionomia do local, o Zoneamento Ecológico-Econômico de Goiânia, publicado no ano de 2008, apontou o Parque da Lagoa como uma área desvegetada e, portanto, com nível zero de preservação. Esta informação confirma-se por meio das imagens anteriores, que demonstram claramente o predomínio de vegetação rasteira e áreas de solo exposto (quadras de esporte).

Segundo Nucci (2008, p. 29), as “áreas verdes propriamente ditas não se confundem com espaços ou áreas livres uma vez que, na maioria destes últimos, não existe uma só árvore”. Partindo dessa perspectiva, em entrevista à bióloga Georgia Ribeiro de Sant’Ana, Chefe de Divisão de Pesquisa do Jardim Botânico de Goiânia, questionou-se sobre a referência atribuída ao Parque da Lagoa.

Pergunta: a prefeitura tem cometido algum equívoco em denominar de “parque” as áreas verdes inauguradas nas últimas gestões municipais, tendo em vista aspectos como a dimensão desses locais e sua composição florística?

Resposta: em algumas situações sim, como exemplo o Parque da Lagoa, que é uma praça ou o parque recentemente inaugurado em Campinas, que não possui dimensões suficientes e nem vegetação natural para ser considerado um parque (Informação Verbal).

Devido o reflorestamento realizado na implantação do Parque da Lagoa, atualmente, conforme se verifica na figura 14, a vegetação arbórea ampliou-se, porém tratam-se árvores jovens, que ainda não atingiram a estatura máxima.



Figura 14 – Vegetação do Parque da Lagoa.
Autor: Herson Brenno Moreira Streglio, 2011.

Em uma área três vezes menor que aquela destinada ao Parque Flamboyant, delimitada pelo desenho das quadras, densamente construídas, que a rodeiam, o Parque da Lagoa ainda se constrói enquanto área verde. A caracterização de suas formas explicita parte desse processo, porém, para compreendê-lo melhor, se faz necessário analisar as demais categorias propostas por Santos (1997).

3.2.2 – Função

Segundo Rodrigues (1999, p. 73), a categoria função “aborda o papel de cada elemento separadamente”. Acerca da mesma categoria, Santos (1988, p. 23) ressalta que “a vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores”.

A fim de identificar as funções que o Parque da Lagoa desempenha no cotidiano de seus usuários, indagou-se, durante a aplicação de questionários, qual a motivação da visita ao referido parque. Os principais elementos apontados foram a ocasião de um passeio, com os amigos ou com os filhos, os atributos do parque, como o clima agradável e a tranquilidade, a intenção de descansar, e a falta de outras opções de lazer.

Durante o dia os visitantes se concentram principalmente no parque infantil (Fig. 15), onde também há mais sombra devido à presença das maiores árvores. Já no fim da tarde e início da noite eles também se aglomeram na pista de *skate* e ao redor da lagoa, para encontrar com os amigos e conversar. Segundo o relato de um dos usuários, o parque melhoraria se tivesse “alguma animação”, ou mesmo um “*pit-dog*”.



Figura 15 – Parque da Lagoa: parque infantil e pista de *skate*, respectivamente.
Autor: Herson Brenno Moreira Streglio, 2011.

Sendo o lazer uma das principais funções relacionadas aos parques urbanos, Nucci (2008, p. 36) indica que cabem a esses espaços “fornecer opções para que a população encontre, nos momentos de lazer, muitas possibilidades de escolha para sua recreação ao ar livre, tão importante em grandes cidades”. Nesse sentido, o autor destaca que

a palavra "opção" é um dos elementos típicos do lazer. O ser humano deve ter a liberdade de escolha de como usar seu lazer (tempo não obrigatório) e recreação (experiência de livre escolha). Isto implica a existência de espaços e equipamentos variados e bem distribuídos na área urbana para que todos, independentemente da classe social e idade, possam desfrutar de seus momentos de folga da forma que melhor lhes convier (NUCCI, 2008, p. 37).

No entanto, Marcellino (1996) aponta que

a importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação, ligada à qualidade de vida nas cidades, não vem sendo acompanhada pela ação do poder público [...], muito pouco tem sido feito no setor, o que em alguns casos não significa ausência de recursos, mas má utilização, devido à ausência de parâmetros norteadores de ação (MARCELLINO, 1996, p. 1).

Referente às funções ecológicas, é importante salientar que o Parque da Lagoa foi criado com o intuito de recuperar um manancial que aflorava no local e que fora aterrado na década de 1990. Partindo desse objetivo, a área que se encontrava degradada devido ao depósito de entulho e lixo, foi parcialmente reflorestada, o que, a longo prazo e com a manutenção adequada, certamente proporcionará os diversos benefícios já destacados no tocante à presença de áreas verdes.

3.2.3 – Estrutura

De acordo com Rodrigues (1999, p. 49), a categoria estrutura “pretende expressar a dependência mútua entre as partes do todo”. Já Trindade Júnior (1996, p. 134) indica que “a estrutura, em qualquer ponto do tempo, atribui valores e funções determinadas às formas do espaço”.

Em sua estrutura física, o Parque da Lagoa é constituído por um parque infantil, uma pista de caminhada, uma estação de ginástica, uma pista de skate, um campo de futebol e uma quadra poliesportiva, além dos mobiliários urbanos tais como: bancos, lixeiras, postes de iluminação, etc. Referente à qualidade dessa infraestrutura, os questionários indicaram que cerca de 26,5% dos visitantes consultados a consideraram ótima, 40% boa, 26,5% regular e 6,5% péssima.

No espaço ocupado pelo parque também estão instalados o CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil, 13 de Maio e a sede da Associação de Idosos Vanguarda, o que expressa nesse local elementos próprios da estrutura socioeconômica contemporânea.

A assistência gratuita em creches para os filhos dos trabalhadores urbanos e rurais, por exemplo, é um direito previsto na Constituição de 1988⁷, que possui estreita relação com o processo de emancipação da mulher, cuja participação no mercado de trabalho e no orçamento familiar é cada vez maior nos últimos tempos, o que, por sua vez, tornou necessário o surgimento de estabelecimentos dedicados ao cuidado das crianças em idade pré-escolar.

Também caracteriza os dias atuais o crescimento na proporção de idosos em nossa sociedade. Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2000, a população com 60 anos ou mais de idade correspondia a 8,6% dos brasileiros. Já ano de 2009, esse percentual subiu para 11,3% da população do país. Em Goiás, no ano de 2000, as pessoas nessa faixa etária representavam 7,2% da população, enquanto em 2009 esse percentual ascendeu para 10%. Tendo em vista esse incremento na população idosa, é natural surgirem grupos e associações que representem e busquem satisfazer as demandas da população inserida nessa faixa etária.

Referente à relação do parque com a estrutura imobiliária do bairro, não se pode negar sua influência na valorização dos terrenos da região. Um dos entrevistados inclusive relatou que comprou uma casa em frente a esse espaço público, assim que soube da possibilidade de criação do parque, prevendo sua valorização.

Entretanto, é importante observar que a conformação do bairro também

⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

exerceu influência sobre a configuração do parque. Segundo os moradores da região, no passado, essa área verde ocupava um espaço maior, o que se confirma pela existência de afloramentos de água nas propriedades particulares circunvizinhas ao parque⁸. Porém, com o crescimento do bairro, as construções foram se aglomerando e reduzindo paulatinamente a extensão do terreno, que hoje corresponde a pouco mais de 38.000m².

3.2.4 – Processo

Para Rodrigues (1999, p. 74), a categoria processo “dá conta das ações e interações de todos os elementos, contemplando as categorias forma, função e estrutura num movimento diacrônico”. Já Santos (2003, p.199) ressalta que “os processos nada mais são do que uma expressão da totalidade, do que uma manifestação de sua energia na forma de movimento; eles são o instrumento e o veículo da metamorfose da universalidade em singularidade por que passa a totalidade”.

A fim de compreender como esse movimento se expressa no Parque da Lagoa, vejamos o processo histórico relacionado à origem desse espaço público.

O bairro Parque Industrial João Braz foi criado por meio do Decreto nº 28, de 2 de agosto de 1954. A área então loteada era de propriedade de José Braz da Silva e situava-se no km 12, da antiga ferrovia Goiânia-Trindade.

Segundo o Jornal O Popular, do dia 30 de outubro de 1994, o bairro, que a princípio chamava-se Vila João Braz, “surgiu no bojo de centenas de outros projetos, após o governo do estado ceder às pressões dos interesses imobiliários dos proprietários de terras no município”.

A designação de vila só foi alterada dois anos depois, em 1956. A mudança se deveu a uma mobilização dos pioneiros do bairro. O proprietário de lote José Braz e outros moradores solicitaram não só a alteração no nome, mas também a destinação de vários lotes de residencial para industrial. O bairro foi instalado junto à Estação Mendanha da Estrada de Ferro de Goiás – a exatamente 12 quilômetros da Estação Central de Goiânia, onde hoje está sediado o Terminal Rodoviário da cidade. Até a desativação do sistema ferroviário, era essa uma das vantagens de se montar as empresas na região (O POPULAR, 1994).

⁸ A existência de afloramentos de água nas propriedades circunvizinhas ao Parque da Lagoa é relatada pelos próprios moradores e em reportagens acerca do bairro.

Ainda de acordo com a referida publicação, “além do que se poderia chamar ‘vocação’ industrial, o João Braz também foi projetado em forma de parque – como vários outros setores de Goiânia”.

Seu projeto previa faixas verdes de ajardinamento em todas as avenidas, ruas mais largas e passeios maiores para pedestres. Segundo o projeto, essa conformação viria garantir conforto, salubridade e higiene a seus moradores (O POPULAR, 1994).

Distantes do centro da cidade, nas quatro primeiras décadas de implantação do Parque Industrial João Braz, seus moradores conviveram com pouca infraestrutura e serviços públicos precários. Sem pavimentação asfáltica, equipamentos de drenagem pluvial e tratamento de água e esgoto, no período de chuva a situação tornava-se caótica (Fig. 16), assim como relata a reportagem do Jornal Diário da Manhã:

Alguns moradores do Parque Industrial João Braz enfrentam todo ano, durante o período das chuvas, **problemas com a enchente de uma lagoa existente no bairro** e que inunda todas as casas e ruas vizinhas. As águas baixam rapidamente, mas o problema maior é a poluição provocada pelo derramamento de esgoto domiciliar das residências mais próximas e até por uma criação de porcos de uma família daquele local. [...] Já foram feitos vários **pedidos para que a lagoa fosse esvaziada** através de um sistema de canalização, desembocando no córrego que passa próximo. Como não foi tomada nenhuma providência, os próprios moradores abriram uma valeta para minimizar o problema, mas isso também tem provocado transtornos para alguns moradores que tiveram seus lotes cortados pela construção da vazante (DIÁRIO DA MANHÃ, 1988, p. 8, grifo nosso).

Conforme se verifica nos trechos grifados dessa publicação, naquele período a lagoa do Parque João Carlos Fernandes de Oliveira causava transtornos à população. Assim sendo, “ávidos para se verem livres de um poço mal cuidado de água suja, que abrigava lama, lixo e mato alto, os próprios moradores pediram ao então prefeito Darci Accorsi, no início dos anos 90, para aterrar o espaço” (O SUCESSO, 2005).

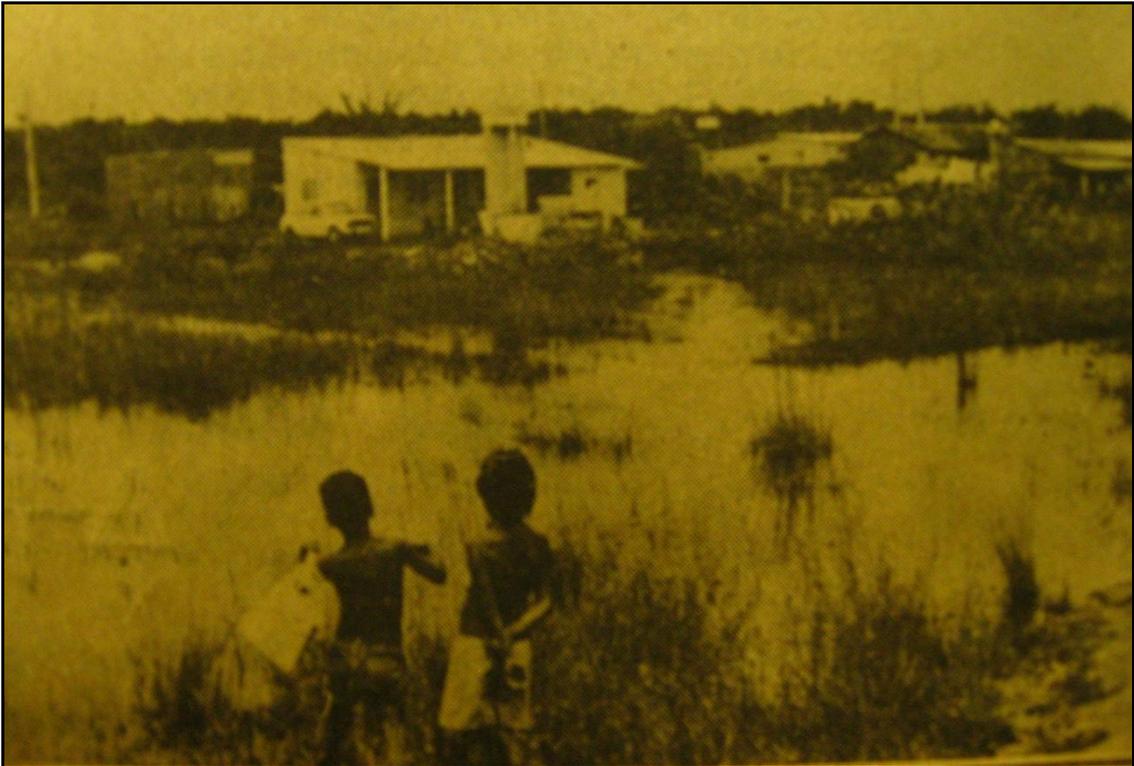


Figura 16 – Casas vizinhas à lagoa do Parque Industrial João Braz, alagadas no período de chuvas.
Fonte: Jornal Diário da Manhã, 1988.

De acordo com o Jornal O Sucesso, de 14 de agosto de 2005, o secretário de meio ambiente da época, bem como os técnicos da antiga SEMMA, não reconheceram a responsabilidade pelo aterramento da lagoa. De qualquer modo a obra foi realizada, e a antiga lagoa deu lugar a uma área de matagal também utilizada como depósito de lixo (Figs. 17 e 18).

Tendo em vista a situação de abandono do local, bem como as reivindicações da população pela criação de áreas de lazer no bairro, no ano de 2007 iniciaram-se as obras para a implantação do Parque da Lagoa, que consumiu um investimento estimado em R\$ 450.000,00 (O HOJE, 2007), valor cinco vezes menor que aquele investido na construção do Parque Flamboyant.

Inaugurado em 26 de junho de 2008 e instituído oficialmente por meio da Lei nº 8.683, de 2 de setembro de 2008, o Parque da Lagoa fez renascer o antigo manancial, antes rejeitado pela população, mas agora aclamado como símbolo de proteção ambiental e qualidade de vida (Figs. 19 e 20).

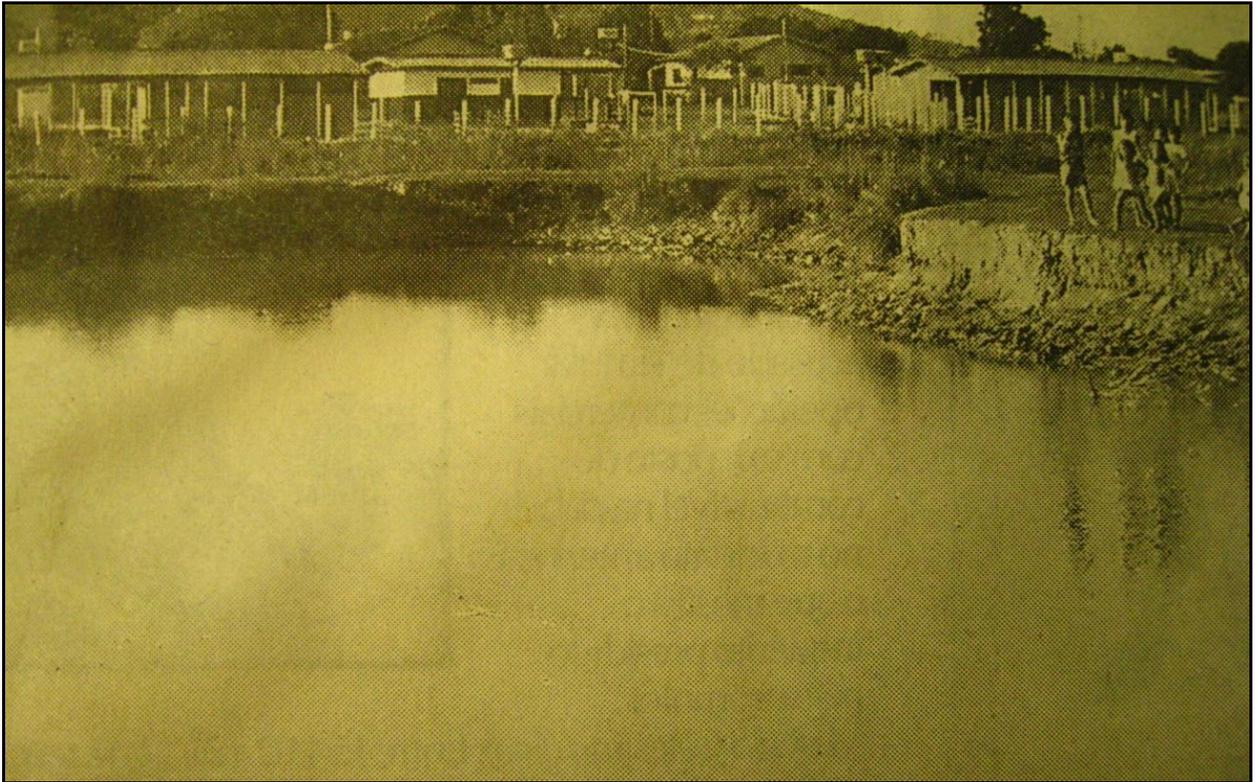


Figura 17 – Fotografia da lagoa, no ano de 1989.
Fonte: Jornal O Sucesso, 2005.



Figura 18 – Fotografia da área da lagoa, já aterrada.
Fonte: Jornal O Sucesso, 2005.



Figura 19 – Parque da Lagoa.
Autora: Carolina Ferreira da Costa Streglio, 2012.



Figura 20 – Parque da Lagoa.
Autora: Carolina Ferreira da Costa Streglio, 2012.

CAPÍTULO 4 – OS PARQUES URBANOS E A ATIVIDADE TURÍSTICA

4.1 – Por que analisar o potencial turístico?

Atualmente, o turismo desenvolve-se com enorme velocidade, assumindo inclusive valor científico, devido aos “estudos aprofundados acerca dos aspectos socioculturais e político-econômicos dessa atividade” (BADARÓ, 2008, p. 54).

Seja no discurso político e publicitário, seja no meio acadêmico, uma expressão bastante utilizada tem sido “potencial turístico”. No entanto, o seu significado ainda gera dúvidas, o que, por sua vez, ocasiona equívocos no emprego desse termo.

Segundo Ruschmann (1997, p. 142), a avaliação dos atrativos determina seu potencial turístico, constituindo “elemento fundamental para a tomada de decisões estratégicas para uma localidade”.

Acerca do planejamento turístico e remetendo à obra de Boullón (1990), Beni (1997, p. 56) discrimina vários tipos de espaços físicos, dentre os quais estão:

- Espaço real – refere-se à totalidade da superfície do planeta e à biosfera que o envolve, a qual pode ser captada através dos sentidos. É real porque se pode comprovar sua existência, se deslocar nele e, em muitos casos, modificá-lo;
- Espaço potencial – é a possibilidade de se destinar o espaço real a um uso diferente do atual; portanto, este não existe no presente, sua realidade pertence à imaginação dos planejadores quando, depois do diagnóstico, passando à proposição do plano, estudam as possibilidades de uso de um território; e,
- Espaço turístico – é o resultado da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos, que são a matéria prima do turismo. Nessa conjuntura, o autor considera como atrativos turísticos os elementos passíveis de provocar deslocamentos de pessoas, e que integram o marco geográfico-ecológico-cultural de um lugar.

Segundo a EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo (BRASIL, 2009, p. 12), há duas categorias diferenciadas de municípios no Brasil, no tocante à atividade turística:

- Municípios Turísticos (MT), que são aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capazes de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanente; e
- Municípios com Potencial Turístico (MPT), que são os que possuem recursos naturais e culturais expressivos, encontrando, no turismo, diretrizes para o seu desenvolvimento socioeconômico.

Advertindo sobre o uso equivocado do termo “potencial”, Almeida (2006) indica que

Talvez o termo “aptidão” pudesse ser empregado com maior justeza à ideia que se quer expressar quando se fala em potencial ou vocação: ao reunir certas condições favoráveis ao desenvolvimento turístico, como facilidade de acesso, existência de atrativos ou equipamentos e/ou serviços de entretenimento, poder-se-ia dizer que uma determinada localidade teria “aptidão” para o turismo – diferentemente de outras que, apenas dispõem de recursos naturais ainda inexplorados pelo turismo, julgam-se “potenciais” (ALMEIDA, 2006, p. 18).

Referente ao município de Goiânia, a atividade turística já é reconhecida, principalmente no tocante ao turismo de negócios, o que o tornou um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, integrantes do Plano Nacional de Turismo (2007-2010).

Já concernente aos parques urbanos goianienses, apesar de existirem em alguns desses espaços elementos que revelam atratividade, como vegetação exuberante, detalhes arquitetônicos e paisagísticos e marcos históricos, é importante ressaltar que

Cualquier espacio geográfico es un potencial espacio turístico y tiene la capacidad de ofrecer ciertos bienes y servicios turísticos; sin embargo, no todos tienen la infraestructura necesaria, ni albergan al volumen suficiente de turistas como para poder ser considerado tales (ALVAREZ, 1999, p. 25).

Assim sendo, nesta pesquisa optou-se por analisar o potencial turístico dos parques urbanos de Goiânia, baseando-se nas políticas públicas referentes à promoção do turismo e seus reflexos nas duas unidades pesquisadas, ponderando, ainda, os exemplos de parques na qual já se consolidou a atividade turística.

4.2 – Turismo, políticas públicas e seus reflexos sobre os parques urbanos de Goiânia

A origem do turismo, como atividade econômica propriamente dita, remete à segunda metade do século XIX, porém é no início do século XX que começa a se difundir pelo mundo essa concepção, “despertando assim os países para a necessidade de atuarem no sentido de estimular e promover a referida atividade econômica” (MOURA, 2006, p. 211).

No caso específico do Brasil, segundo Moura (2006, p. 211), a década de 1920 representou “o marco inicial deste processo”, tendo em vista a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, em 1923. No âmbito das políticas públicas destacam-se também a elaboração do Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que versava sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, bem como o Decreto nº 55, de 18 de novembro de 1966, que além de definir a política nacional de turismo, também criou o Conselho Nacional de Turismo e a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo.

A partir da década de 1990, com a consolidação do turismo como setor estratégico, surgiram alguns programas específicos para o setor, que também passou a ocupar pastas exclusivas nas diversas esferas governamentais. Exemplos disso foram, em 1991, a publicação da Lei nº 8.181, que reestruturou a Empresa Brasileira de Turismo, que passou a denominar-se EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo; em 2003, a instituição do Ministério do Turismo; e, no mesmo ano o lançamento do primeiro Plano Nacional de Turismo (2003-2006).

Em 2007, com o intuito de induzir o desenvolvimento turístico-regional no Brasil, o governo federal instituiu, por meio do segundo Plano Nacional de Turismo (2007-2010), a meta de estruturar 65 destinos turísticos brasileiros com padrão de qualidade internacional, dentre os quais foi selecionada a cidade de Goiânia.

Nos estudos decorrentes do referido plano, Goiânia é considerada o destino indutor do desenvolvimento turístico da chamada Região dos Negócios⁹, classificação correspondente ao Plano Estadual de Turismo (2008-2011), que divide Goiás em nove regiões turísticas: Região das Águas, Região Agro-ecológica, Região do Vale do Araguaia, Região dos Engenhos, Região das Nascentes do Oeste, Região dos Negócios, Região do Ouro, Região da Reserva Biosfera Goiaz e Região do Vale da Serra da Mesa.

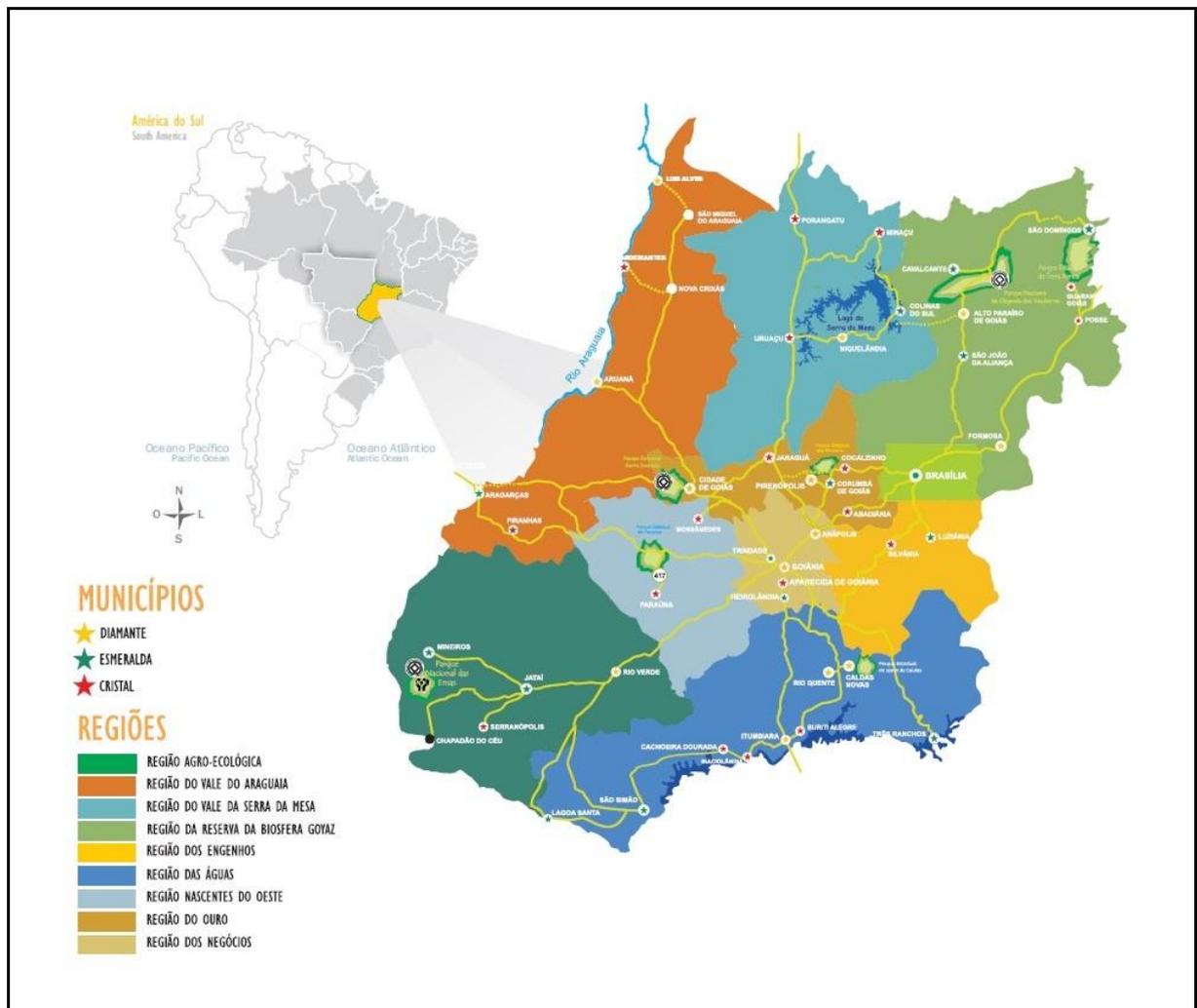


Figura 21 – Regiões turísticas de Goiás, segundo o Plano Estadual de Turismo.
Fonte: Goiás Turismo, 2007.

Considerando os critérios técnicos estabelecidos na Política Nacional de Turismo, como, por exemplo, a existência de Conselho Municipal de Turismo na

⁹ Segundo o Ministério do Turismo, “Turismo de Negócios & Eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social” (BRASIL, 2008b, p. 15).

cidade, o número de leitos disponíveis e os Centros de Atendimento ao Turista em operação, a GOIÁS TURISMO – Agência Estadual de Turismo, elaborou uma escala de pontuação a fim de identificar o nível de desenvolvimento dos municípios turísticos goianos e direcionar o apoio técnico e financeiro.

Dentre os 246 municípios do estado, 46 se classificaram como localidades prioritárias para o desenvolvimento da atividade turística. Dividindo esse grupo em outras três categorias (Município Diamante, Município Esmeralda e Município Cristal), Goiânia foi a cidade que atingiu a maior pontuação, se classificando como um Município Diamante (GOIÁS, 2010).

Em meio às ações previstas no Plano Estadual de Turismo, atinentes ao município de Goiânia, destacam-se o projeto de construção da chamada Vila Cultural, a ser instalada na mesma quadra do Teatro Goiânia, no Centro da capital, constituindo uma extensão do referido teatro, onde funcionarão salas de dança, música, leitura, exposições e lanchonetes, bem como o projeto de construção da Casa do Turismo, que visa reunir, em um único espaço, associações empresariais, instituições de ensino e organizações governamentais e não governamentais, com o objetivo de integrar e impulsionar as forças econômicas, produtivas e de inteligência do turismo do estado (GOIÁS, 2008).

De acordo com o presidente da GOIÁS TURISMO, o primeiro projeto está com 80% de suas obras concluídas, sendo que a expectativa é que os outros 20% fiquem prontos até o mês de agosto do corrente ano, enquanto o segundo projeto ainda depende da transferência total da Central de Medicamentos Juarez Barbosa, que fica na Rua 4, ao lado do Centro de Cultura e Convenções, local onde será instalada a futura Casa do Turismo (GOIÁS, 2012).

Sendo alvo das políticas públicas de turismo, em nível federal e estadual, em 2009 foi lançado em Goiânia o Plano Municipal de Turismo (2009-2012), buscando

direcionar e reforçar as políticas públicas previstas pelo Ministério do Turismo, bem como segmentando programas, projetos e ações, de acordo com o Plano Nacional de Turismo, Plano Estadual de Turismo, Lei Geral do Turismo e documentos técnicos gerados no âmbito das ações interinstitucionais do turismo (GOIÂNIA, 2009, p. 19).

Abrangendo seis programas subdivididos em vinte projetos, o referido plano estabeleceu estratégias para o desenvolvimento da atividade turística em Goiânia,

dentre as quais, no âmbito desta pesquisa, destaca-se o Projeto de Adequação e Criação de Espaços Turísticos, cujas estratégias incluem a adequação da infraestrutura dos parques urbanos, visando a sua utilização pelos turistas e pela comunidade local.

Além desta, também são mencionadas, nesse plano, outras ações que, mesmo não sendo específicas aos parques urbanos, acabam refletindo na sua promoção turística. Como, por exemplo, o Projeto de Incremento do Turismo Doméstico, cujo principal objetivo é incentivar a prática do turismo entre os próprios moradores de Goiânia, para que também conheçam e desfrutem dos atrativos que o município oferece, e o Projeto de Sinalização dos Destinos Turísticos, cuja primeira etapa já foi executada, com a instalação de 98 placas de sinalização, constituídas de ícones e cores com padrões internacionais, presentes desde o início das rodovias federais, que dão acesso à cidade, até o centro, com prioridade para o Estádio Serra Dourada, o Autódromo, o Centro de Convenções e os Parques Flamboyant, Areião, Vaca Brava e Lago das Rosas (GOIÂNIA, 2010).

Tendo em vista esse breve panorama, nota-se que, teoricamente, o setor turístico de Goiânia tem sido bastante estimulado. Porém, a efetividade desses projetos e seus reflexos nos parques urbanos aqui analisados ainda se mostram incipientes.

Apesar do evidente destaque destinado ao turismo nas diversas esferas do poder público, em janeiro de 2011 houve a fusão entre as Secretarias de Turismo e de Desenvolvimento Econômico de Goiânia, o que acabou sobrecarregando o referido órgão. Pouco mais de um ano depois, em maio de 2012, a referida fusão teve fim, porém, nesse intervalo de tempo, muitos projetos na área do turismo não tiveram continuidade e o *site* da Secretaria de Turismo foi desativado, eliminando um canal oficial de divulgação do turismo em Goiânia.

Dentre os parques da capital, somente o Bosque dos Buritis dispunha de um CAT – Centro de Atendimento ao Turista, porém, o local também foi desativado, após o vencimento do contrato de cessão do referido espaço. Existem, ainda, dois Centros de Atendimento ao Turista na cidade: um no Aeroporto Santa Genoveva e outro no Terminal Rodoviário de Goiânia.

Conforme pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Turismo, no Aeroporto Santa Genoveva, com o objetivo de conhecer o perfil do turista que visita Goiânia, 82,6% dos entrevistados não souberam avaliar o CAT e 74,2% não

souberam qualificar as empresas de receptivo turístico, o que indica que, provavelmente, estes turistas desconhecem ou não tiveram acesso aos referidos serviços.

Tabela 4 – Resultados da pesquisa sobre o perfil do turista que visita Goiânia: qualidade dos serviços turísticos.

Respostas	CAT (%)	Empresas de Receptivo (%)
Não sabe	82,6	74,2
Péssimo	1,0	0,5
Ruim	1,5	0,5
Regular	4,2	3,1
Bom	9,4	18,9
Ótimo	1,0	2,6

Fonte: GOIÂNIA, 2012b.

Os resultados da pesquisa supracitada indicaram também que 50% dos entrevistados estavam na cidade a trabalho ou negócios, o que confirma o predomínio do chamado turismo de negócios em Goiânia.

Tabela 5 – Resultados da pesquisa sobre o perfil do turista que visita Goiânia: motivo da viagem.

Motivo da Viagem	Respostas (%)
Lazer	24,7
Compras	2,1
Negócios ou trabalho	50,0
Eventos	1,0
Religioso	0,5
Visita a parentes/amigos	16,3
Outros	5,2

Fonte: GOIÂNIA, 2012b.

Segundo Ferreira et al. (2010), uma das peculiaridades do turismo de negócios é que essa modalidade

frequentemente ocorre em centros urbanos e atua como instrumento de promoção do destino, a partir do momento em que desperta no turista o interesse em conhecer os atrativos locais existentes que, por conseguinte, divulga-os a outras pessoas que podem retornar em

outro momento, ampliando assim a demanda para o local (FERREIRA et al., 2010, p. 18).

Todavia, a pesquisa em referência indicou que a maior porcentagem dos entrevistados não soube avaliar os parques, bem como o patrimônio histórico-cultural de Goiânia. Desse modo, presume-se que não houve oportunidade ou o estímulo necessário para que esses turistas conhecessem o que há de aprazível na cidade, o que, por sua vez, interrompe a cadeia de divulgação e incentivo ao turismo que poderia se desenvolver, conforme acima mencionado.

Tabela 6 – Resultados da pesquisa sobre perfil do turista que visita Goiânia: qualidade dos parques e do patrimônio histórico-cultural.

Respostas	Parques (%)	Patrimônio histórico-cultural (%)
Não sabe	38,9	61,0
Péssimo	0,0	0,0
Ruim	0,0	0,0
Regular	13,6	16,3
Bom	37,8	17,8
Ótimo	9,4	4,7

Fonte: GOIÂNIA, 2012b.

Embora os parques goianienses ainda necessitem de ajustes para atenderem bem ao turista, a maioria das pessoas consultadas durante a elaboração deste trabalho reconheceu o Parque Flamboyant e o Parque da Lagoa como atrativos turísticos (Tab. 7).

Você considera o Parque Flamboyant um atrativo turístico? Por quê?

Administrador do Parque Flamboyant: Sim, pelas características dele, pelo próprio projeto que foi muito bem elaborado, contemplando a preservação das espécies e as áreas de lazer e também pela própria localização, no Jardim Goiás, uma área nobre de Goiânia.

Usuário: Sim, pela natureza e pela tranquilidade (Informação verbal).

Você considera o Parque da Lagoa um atrativo turístico? Por quê?

Usuário 1: Sim, pela lagoa, pelos animais.

Usuário 2: Sim, porque muitas pessoas gostam de vir aqui (Informação verbal).

Referente à presença de turistas nesses parques, haja vista que um atrativo turístico é “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico, que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los” (BENI, 1997, p. 302), não há dados oficiais que exponham seu quantitativo e frequência, mas o administrador do Parque Flamboyant relatou que esses turistas, geralmente, são familiares de moradores de Goiânia, funcionários de outras prefeituras, que buscam modelos para criação de seus próprios parques e grupos conduzidos por agências de turismo, que fazem um tour pelo parque.

Tabela 7 – Resultados dos questionários aplicados aos usuários do Parque Flamboyant e Parque da Lagoa: você considera este parque um atrativo turístico?

Parques	Sim (%)	Não (%)
Parque Flamboyant	94,5	5,5
Parque da Lagoa	86,7	13,3

Fonte: pesquisa de campo realizada em 2011. Organizado pela autora.

Já no Parque da Lagoa, a atividade turística parece se restringir ao chamado turismo doméstico, visto que os próprios usuários indicaram que o parque é um atrativo turístico, pois várias pessoas se deslocam de bairros vizinhos para visitá-lo. De todo modo, não se constatou nenhum apoio ou incentivo ao turismo nesse local.

4.3 – Exemplos e propostas para o incremento da atividade turística em Goiânia

Os itens abordados acerca da promoção do turismo nos parques urbanos de Goiânia evidenciam muitas carências nesse ramo de atividade econômica. Uma das justificativas para essa debilidade refere-se ao fato de que muitos dos projetos elaborados nesse setor ainda não foram implementados.

Analisando as possibilidades para aumentar a permanência dos turistas de negócios e eventos em Goiânia, Ferreira et al. (2010, p. 27) apontam que, além da falhas atinentes ao poder público, “o setor privado também contribui para a essa limitação por não considerar-se responsável e/ou competente pelo desenvolvimento de ações que estimulem a retenção dos turistas na capital goiana”.

Segundo Almeida (2004) “um elemento fundamental de uma política de turismo, eficaz e socialmente aceita, é o conceito de responsabilidade compartilhada”, o que se dá por meio da cooperação entre municípios, juntamente com a participação comunidade e a parceria entre o público e o privado. Nessa conjuntura, Ferreira et al. (2010) ressaltam que

o turista pode obter informações turísticas no hotel, no local de realização do evento do qual participa, nos restaurantes frequentados e até mesmo, serem instigados pelos taxistas a conhecerem a atratividade do município. Contudo, essas pequenas ações ainda não estão sendo executadas com a eficácia necessária, uma vez que sua ocorrência se dá isoladamente por parte de alguns estabelecimentos e por não haver uma política formatada pelas entidades representativas (FERREIRA et al., 2010, p. 27-28).

Referente aos parques e demais atrativos de Goiânia destaca-se a necessidade de dedicar uma maior atenção ao visitante. Nesse sentido, além da implantação de mais Centros de Atendimento ao Turista, Ferreira et al. (2010, p. 30) apresentam outra proposta interessante: a criação de “Centros de Atendimento ao Turista itinerantes, nos principais eventos realizados no município – haja vista sua importância como mecanismo de informação e promoção do destino”.

Também é importante implementar atividades e programações diversificadas que promovam lazer para população local e estimule o reconhecimento e a valorização dos atrativos da cidade, despertando, assim, o interesse dos visitantes e agregando valor turístico a esses espaços.

A fim de demonstrar de forma prática outras ações interessantes para o incremento da atividade turística nos parques de Goiânia, a seguir serão expostos três exemplos de parques urbanos manifestamente turísticos: os parques de Curitiba (cidade considerada o terceiro destino brasileiro mais visitado no âmbito dos negócios, eventos e convenções, em 2010), o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (área verde que obteve, em setembro de 2009, a cotação máxima – três estrelas – do Guia Verde da Michelin, uma conhecida publicação sobre turismo) e o Central Park de Nova York (parque que recebe por mês, entre um milhão e quatro milhões e meio de visitantes, aproximadamente) (BRASIL, 2011; RIO DE JANEIRO, 2010; CENTRAL PARK CONSERVANCY, 2011).

Identificando, sempre que possível, semelhanças e distinções em comparação aos parques goianienses, sem desconsiderar, logicamente, que para

cada caso houve um contexto histórico determinante, buscar-se-á salientar boas práticas implementadas para promover e manter a atividade turística nessas localidades, que servem como subsídio para melhorias no atendimento ao turista que visita Goiânia.

4.3.1 – Parques urbanos de Curitiba

A cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, possui 30 parques e bosques e apresenta, atualmente, um índice de 64,5m² de área verde por habitante¹⁰. O município tem sua imagem marcada pela alcunha de “cidade ecológica”, devido o êxito do poder público em ações relacionadas à coleta seletiva de lixo, à eficiência do transporte coletivo e à conservação de áreas verdes, o que tornou a cidade um modelo em planejamento urbano (CURITIBA, 2012a).



Figura 22 – Jardim Botânico de Curitiba.
Fonte: <<http://www.viaje.curitiba.pr.gov.br>>.

¹⁰ Curitiba já foi a cidade com o maior índice de área verde por habitante, dentre as capitais brasileiras, mas, hoje, quem lidera o referido índice é Goiânia, apresentando 94m² de área verde por habitante (MARTINS JÚNIOR, 2007).

Investindo em serviços públicos de qualidade, a gestão municipal não somente agregou qualidade de vida à população local, mas também promoveu uma imagem positiva da cidade, o que, por sua vez, contribuiu para tornar Curitiba um destino turístico.

Com nove postos de informação turística, além do Disque Turismo – prestação via telefone de informações turísticas sobre Curitiba e região metropolitana, que funciona 24 horas – a cidade de Curitiba possui a maior frota do Brasil em serviços de city-tour (Fig. 23), com roteiro definido e sistema de adesão independente, isto é, sem auxílio de agências de viagens (CURITIBA, 2012b).

A Linha Turismo é uma linha de ônibus especial, que circula nos principais pontos turísticos de Curitiba. Com ela, é possível conhecer os parques, praças e atrações da cidade. Considerada uma das melhores do país, a Linha circula a cada 30 minutos, percorrendo aproximadamente 44 km em cerca de 2 horas e meia. O roteiro começa na Praça Tiradentes, mas é possível iniciar o trajeto em qualquer um dos pontos. Para embarcar você compra uma cartela com 5 tíquetes e tem direito a um embarque e 4 reembarques. Os veículos são equipados com sistema de som para fornecer informações gravadas sobre os locais visitados em três idiomas - português, inglês e espanhol (CURITIBA, 2012c).



Figura 23 – Linha turismo de Curitiba.
Fonte: < <http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/>>.

Os ônibus de dois andares da Linha Turismo percorrem 24 pontos turísticos da cidade, dentre os quais estão inclusos nove parques e bosques. Em 2011, o referido serviço registrou 607.263 embarques e os locais com maior número de desembarques foram o Jardim Botânico e a Ópera de Arame, teatro que se localiza no Parque das Pedreiras (CURITIBA, 2012b).

A exemplo do que ocorre em Curitiba, em Goiânia, o Plano Municipal de Turismo (2009-2012) definiu, dentre suas estratégias, a elaboração de roteiros turísticos locais e regionais, que possuam como origem e destino o município de Goiânia, e o estudo de roteiros para transporte de turistas por meio de ônibus especiais, porém, até o presente momento, prestes ao fim da vigência do referido plano, ainda não foi implantado esse tipo de transporte.

4.3.2 – Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Estabelecido no início do século XIX, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi um dos primeiros parques públicos brasileiros criados segundo as características morfológicas e funcionais que conhecemos hoje (MACEDO; SAKATA, 2003), ressalvadas, evidentemente, suas singularidades, haja vista que além das funções relacionadas ao lazer e à conservação ambiental, os jardins botânicos se caracterizam, principalmente, pela função de estudo e pesquisa do patrimônio florístico nacional, por meio da manutenção de acervos de plantas ordenadas e classificadas, devidamente registrados e documentados (BRASIL, 2003).

Localizado em um dos principais destinos turísticos brasileiros¹¹, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro se destaca não somente pela exuberância das espécies vegetais ali presentes, mas também por sua relevância histórica, haja vista que sua cronologia se confunde com a própria história do Brasil.

O arboreto científico, área onde se localiza a grande maioria das espécies que compõem a coleção viva do instituto, é aberta à visitação de segunda a domingo, das 8h às 17h, mediante o pagamento de ingresso no valor de R\$ 6,00. No Jardim Botânico há também o Museu do Meio Ambiente e um Centro de Visitantes, onde são oferecidas visitas guiadas em carrinhos elétricos (Fig. 24); visitas guiadas a pé, geralmente mais longas; bem como folhetos e mapas interpretativos do

¹¹ Segundo o Estudo da Demanda Turística Internacional (2004-2010), publicado pelo Ministério do Turismo, o Rio de Janeiro é o destino brasileiro mais visitado no âmbito do turismo de lazer.

parque, que sugerem percursos com temas pré-estabelecidos, possibilitando ao visitante se autoguiar pelas trilhas (RIO DE JANEIRO, 2012).

Além de sediar o Serviço de Atendimento aos Usuários, o Centro de Visitantes abriga exposições temporárias de fotografia, ilustração botânica, bem como uma sala multimídia onde funciona, desde 2009, o Cineclube do Jardim, com curadoria do cineasta Walter Lima Júnior (RIO DE JANEIRO, 2010).



Figura 24 – Centro de Visitantes e passeio em carrinho elétrico no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
Fonte: < <http://www.jbrj.gov.br/>>.

Ainda referente às opções de visitação, o *site* do Jardim Botânico do Rio de Janeiro permite também a realização de um passeio virtual, no qual se pode visualizar, clicando no mapa do parque, imagens de seus principais pontos, acompanhadas da correspondente descrição histórica.

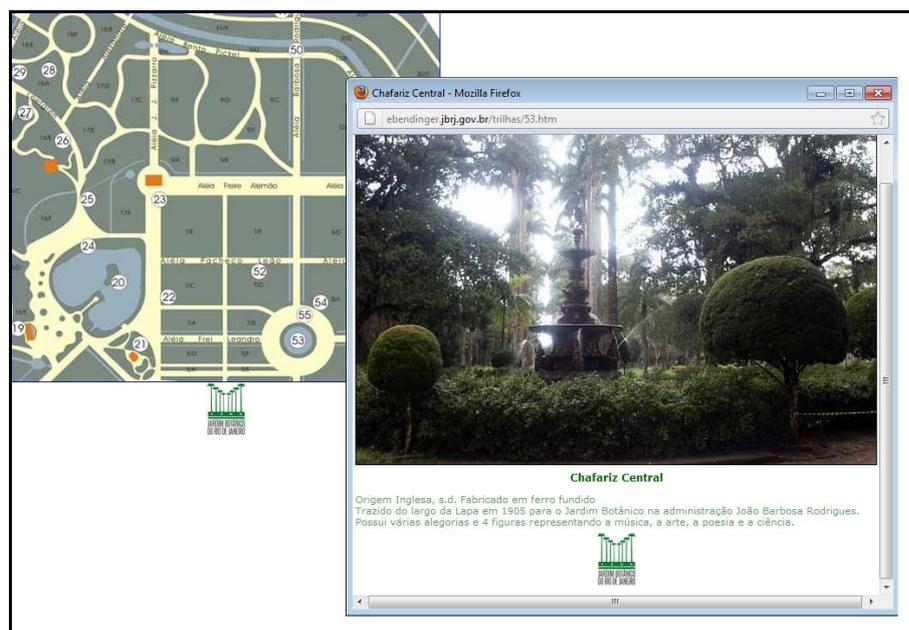


Figura 25 – Passeio virtual pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
Fonte: < <http://www.jbrj.gov.br/>>.

4.3.3 – Central Park de Nova York

O Central Park, em Nova York, nos Estados Unidos, foi aberto ao público no início da década de 1860, e conforme destaca o *site* da Prefeitura de Nova York, “*not only is it the first public park built in America, but it is also one of the most frequently visited, with over 25 million guests per year*”¹² (NEW YORK, 2012a).

O parque, projetado por Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux, possui mais de três milhões de metros quadrados, nos quais estão distribuídas inúmeras opções de lazer, que variam desde atividades familiares e programações culturais gratuitas, tais como, passeios de carruagem (Fig. 26), apresentações musicais, teatros de marionetes e festivais de cinema, até os mais diversos hobbies e esportes, como pesca, futebol, handebol, passeios a cavalo, patinação no gelo, tênis e até mesmo esportes náuticos. Tantas alternativas de lazer evidenciam quão escassas são as atividades e programações gratuitas destinadas aos usuários dos parques goianienses (NEW YORK, 2012b).

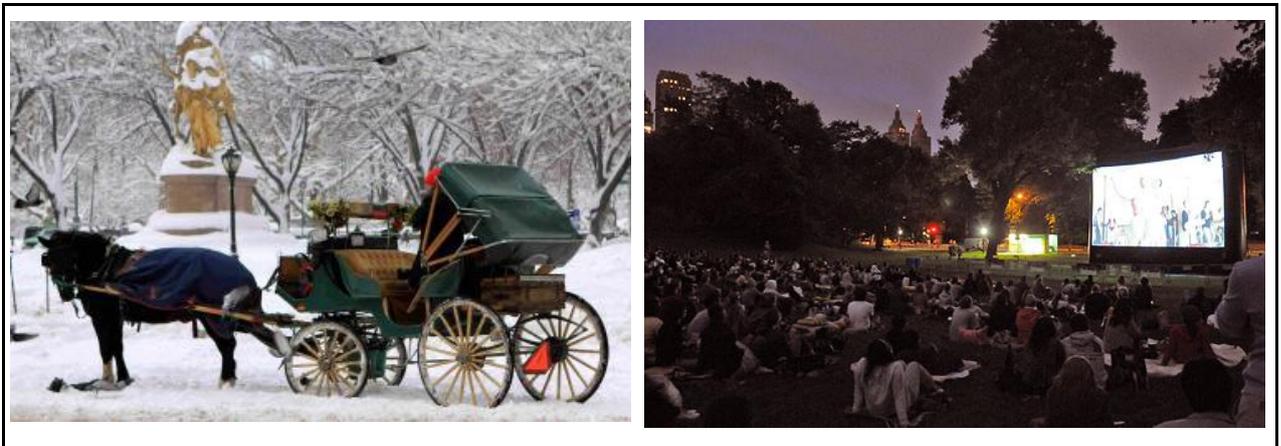


Figura 26 – Passeio de carruagem e festival de cinema no Central Park de Nova York.
Fonte: <<http://www.centralpark.com/>>; <<http://www.centralparknyc.org/>>.

Para quem deseja conhecer mais acerca da história desse espaço, durante todo o ano, a *Central Park Conservancy*, grupo responsável pela manutenção do parque, oferece gratuitamente passeios que destacam diversas áreas do Central Park. Todos os passeios são sempre acompanhados por guias, que são voluntários no Programa *Walking Tour*. Cada passeio dura de uma a duas horas e nenhum

¹² “não só é o primeiro parque público construído na América, mas é também um dos mais visitados, com mais de 25 milhões de visitantes por ano” (tradução nossa).

pagamento é necessário para indivíduos ou grupos de seis pessoas ou menos (CENTRAL PARK CONSERVANCY, 2012).

O parque também oferece passeios privados, liderados por Sara Cedar Miller. A autora do livro “Central Park, uma obra-prima americana”, fotógrafa oficial da *Central Park Conservancy* e historiadora ajuda o visitante a projetar seu próprio tour, mediante uma doação que varia de US\$ 500 a \$ 750 dólares, sendo que ambas as opções incluem uma cópia assinada do livro de Sara Cedar Miller.

Caso não possa aderir a um dos referidos passeios, o visitante pode também se autoguiar pelo parque, seja por meio de mensagens de áudio, gravadas por artistas como Whoopi Goldberg, Glenn Close e Alec Baldwin, acessíveis através de seu próprio telefone celular, seja por meio dos mapas fornecidos nos cinco Centros de Visitantes presentes no Central Park (Ibidem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques urbanos de Goiânia desempenham um papel de grande relevância na dinâmica espacial do município, haja vista a diversidade de atributos e funções que lhes são conferidos.

A princípio, ressalta-se seu caráter histórico, o que remete ao plano de criação da cidade, ocasião em que foram concebidos os primeiros parques. Nesse contexto, cabe destacar o Parque Lago das Rosas, no qual estão presentes elementos do Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia – mureta e trampolim – tombados pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio da Portaria nº 507, de 18 de novembro de 2003.

Segundo Daher (2009, p. 90) no projeto original, as áreas verdes de Goiânia “tinham um objetivo maior de salubridade”. Além disso, os parques foram idealizados em áreas de nascentes e às margens de cursos d’água, o que implicaria não apenas na preservação da vegetação, mas também dos recursos hídricos – algo que é pouco destacado.

Estudos recentes destacam também a influência dos parques urbanos na amenização dos valores de temperatura superficial das áreas verticalizadas de Goiânia (ÁVILA et al., 2011), e o desempenho dos lagos, geralmente presentes nessas áreas verdes, na detenção/retenção das águas pluviais provenientes do escoamento superficial (MONTES; LEITE, 2008), o que demonstra a importância dos parques urbanos para o equilíbrio ecológico da cidade.

Igualmente relevante é o papel dos parques na oferta de espaços de lazer, visto as possibilidades interação social, prática esportiva, contato com a natureza ou simples contemplação, dentre as diversas atividades concebíveis nesses locais (PRADO, 2012). Além disso, cabe mencionar a apropriação da imagem dos parques nas políticas de *city marketing* e sua função enquanto atrativo turístico.

Analisando o Parque Flamboyant e o Parque da Lagoa, por meio das categorias forma, função, estrutura e processo, foi possível compreender não somente a dinâmica espacial das respectivas áreas de estudo, mas também estabelecer inter-relações que retratam aspectos da dinâmica do município, bem como de outras grandes cidades.

Considerando a dicotomia existente entre centro e periferia, por exemplo, que se expressa nas duas unidades pesquisadas, constata-se que os parques de bairros

nobres são beneficiados com maiores investimentos financeiros e, conseqüentemente, com uma infraestrutura visivelmente superior àquela instalada nos parques de bairros periféricos, o que evidencia contradições características da sociedade capitalista contemporânea.

Outro aspecto interessante refere-se aos efeitos da ascensão da temática ambiental. A divulgação de estudos acerca da aceleração dos processos de degradação do meio ambiente e a constante ameaça de extinção de diversos recursos naturais têm gerado não somente a preocupação em proteger a natureza, mas também sua valorização. Nesse sentido, cresce o anseio da sociedade por ambientes ecologicamente saudáveis e, por sua vez, o interesse de setores da economia, tais como o setor imobiliário, da construção civil e do turismo, pelas localidades que ainda abrigam os ditos recursos naturais, como no caso dos parques urbanos.

Referente à gestão pública também se observa a apropriação da imagem positiva associada aos parques, seja para promover a própria administração, seja para promover o município como localidade ideal para investimentos, turismo, dentre outras oportunidades.

Reiterando a premissa de que uma cidade boa o suficiente para os próprios habitantes, realmente é excepcional ao turismo (YÁZIGI, 1996), destaca-se a recente pesquisa publicada pelo IBGE (BRASIL, 2012), acerca das características urbanísticas do entorno dos domicílios brasileiros, na qual Goiânia foi considerada a cidade com a melhor infraestrutura urbana, dentre os quinze municípios com mais de um milhão de habitantes no país. Tal resultado representa, não somente, maior qualidade de vida a população local, mas também contribui para a promoção da cidade como destino turístico.

Quanto ao potencial turístico dos parques de Goiânia, percebe-se que a presença de vegetação, recursos hídricos e animais silvestres evidenciam a imagem dos parques face ao ambiente urbano. Nesse contexto, considerando que

o desejo de experienciar, de sentir e conhecer, suscitado pela imagem que o turismo cria e pela propaganda que lhe dá corpo, faz com que o homem procure cada vez mais a fantasia, o simulacro, o exotismo, a nostalgia, o novo, o diferente (ALMEIDA, 2008, p. 80).

E salientando, ainda, que

Numa época em que as mudanças para uma economia do consumo e do lazer se fortalecem, o turismo ecológico, o turismo verde (ou ecoturismo, ou turismo natural) tornam-se os segmentos mais promissores de uma das atividades mais dinâmicas da economia mundial, graças a uma intensa vaga de *naturofilia*, isto é, ao desejo e sentimento de amor e aproximação da natureza por parte dos cidadãos (ALMEIDA, 2008, p. 81).

Nota-se que os parques urbanos realmente reúnem elementos potencialmente turísticos. Porém, a localização do parque, a qualidade de sua infraestrutura, os detalhes arquitetônicos e paisagísticos e a presença de marcos históricos, dentre outros fatores, conferem maior atratividade a determinados parques da cidade, que, não por acaso, são aqueles situados em bairros nobres.

Não obstante haja potencial, bem como o reconhecimento da atratividade turística pela maioria dos usuários consultados, cabe ressaltar também que, para o incremento do turismo nos parques urbanos de Goiânia, ainda são necessárias diversas medidas que promovam e possibilitem a consolidação dessa atividade, conforme já mencionado.

Com o presente estudo, espera-se ter contribuído para a compreensão de aspectos relevantes da dinâmica urbana contemporânea, e, na expectativa de que o trabalho ora desenvolvido terá continuidade, sugere-se que nas pesquisas posteriores sejam abordados outros parques e áreas similares de Goiânia, com o objetivo de aferir dados e estabelecer correlações entre diferentes áreas verdes. E, recomenda-se, ainda, estipular outros critérios que determinem o desempenho dos parques urbanos, tais como a acessibilidade, a segurança, a qualidade do ar e a qualidade da água dos lagos e nascentes, dentre outros aspectos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHCAR, E. L. W. S. **Urbanização Corporativa em Goiânia: empreendimentos Louza**. 2008. 135 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2008.

ALBERNAZ, P. **Reflexões sobre o Espaço Público Atual**. In: LIMA, E. F. W.; MALEQUE, M. R. (org.). Espaço e Cidade: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 42-56.

ALMEIDA, M. G. **Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões**. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL – Planejamento para o desenvolvimento local, Curitiba, 2004.

_____. **Ambiguidades e contradições no discurso de naturofilia e nas práticas turísticas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, jul./dez. 2008. Editora UFPR. p. 77-86.

ALMEIDA, M. V. **Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras**. 2006. 233 fls. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

ALVAREZ, J. R. D. **Geografia del turismo**. Madri: Editora Síntesis, 1999.

ARRAIS, T. P. A. **Goiânia: as imagens da cidade e a produção do urbano**. In: CAVALCANTI, L. S. (org.) Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia. Goiânia: Ed. Alternativa, 2001. p. 177-235.

ÁVILA, W. R.; PEREIRA, P. R. C.; NASCIMENTO, D. T. F.; OLIVEIRA, I. J. **Análise da Influência das Áreas Verticalizadas e da Presença de Parques Ambientais no Fenômeno de Ilhas de Calor em Goiânia-GO**. In: Anais do XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, Curitiba, 2011.

BADARÓ, R. A. L. (org.). **Direito Internacional do Turismo: o papel das organizações internacionais no turismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 1997.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em 01.08.2011.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em 01.08.2011.

_____. Resolução CONAMA nº 339, de 25 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação, normatização e o funcionamento dos jardins botânicos, e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2003_339.pdf>. Acesso em 01.06.2012.

_____. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em 01.06.2012.

_____. **Turismo de Negócios & Eventos: orientações básicas.** Brasília: Ministério do Turismo, 2008b.

_____. **Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro: algumas considerações acerca da relação entre transporte aéreo regional e turismo.** Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

_____. **Estudo da demanda turística internacional (2004-2010).** Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

_____. **Censo Demográfico 2010: características urbanísticas do entorno dos domicílios.** IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 25.05.2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2140&id_pagina=1>. Acesso em 03.07.2012.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARVALHO, D. W. **A formação sistêmica do sentido jurídico de meio ambiente.** Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), São Leopoldo, v. 1, n. 1, jan-jun 2009. p. 28-35.

CASTRO, A. **Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos.** Cidades- Comunidades e Territórios, n. 5, 2002. p. 53-67.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. **Áreas Verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento.** In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA e 4º ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, Vitória- ES, 1992.

CENTRAL PARK CONSERVANCY. **Report on the public use of Central Park.** New York: [s.n.], 2011.

_____. **Visit: tours.** New York, 2012. Disponível em: <<http://www.centralparknyc.org/visit/tours/>>. Acesso em 11.05.2012

COLCHETE FILHO, A. **Praça XV: projetos do espaço público.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

CONTI, J. B.; FURLAN, S. A. **Geoecologia: o clima, os solos e a biota.** In: ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

CORREIA, B. S.; SILVA, M. C.; MAGNABOSCO, M. **Ocupação do Espaço Urbano e Natureza: os parques nas cidades.** Paisagens em Debate, revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU.USP, n. 05, dezembro 2007.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo.** São Paulo: Roca , 2003.

CURITIBA. **Índice de área verde passa para 64,5 m² por habitante.** Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, 2012a. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/indice-de-area-verde-passa-para-645-m2-por-habitante/25525>>. Acesso 19. 07.2012.

_____. **Nova pesquisa traça perfil dos passageiros da Linha Turismo.** Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, 2012b. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/nova-pesquisa-traca-perfil-dos-passageiros-da-linha-turismo/27387>>. Acesso em 19.07.2012.

_____. **Informações estatísticas**. Curitiba: Instituto Municipal Curitiba Turismo, 2012c. Disponível em: <<http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em 02.05.2012.

DAHER, T. **O Projeto Original de Goiânia**. In: DOSSIÊ Cidades Planejadas na Hinterlândia. Revista UFG, Goiânia, Ano XI, n. 6, 2009.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Parque Industrial João Braz: um ano depois, problemas continuam**. Goiânia, p. 8, 26.02.1988. Disponível no Arquivo da Divisão de Biblioteca e Documentação da SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. Acesso em 04.01.2011.

DULLEY, R. D. **Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, jul./dez. 2004. p. 15-26.

FERREIRA, A. R. **A Compreensão do Lazer no Planejamento Urbano de Goiânia: aproximações históricas**. 2003. 116 fls. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

FERREIRA, A. R.; SILVA, C. A.; MIRANDA, R. S. **Goiânia mais um dia: possibilidades para aumentar a permanência dos turistas de negócios e eventos**. In: BRASIL. Segmentação do Turismo: experiências, tendências e inovações – Artigos Acadêmicos. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

FUREGATO, M. C. H. **Parque Urbano Orquidário Municipal de Santos/SP: equipamento de lazer e turismo**. Revista Eletrônica Patrimônio e Lazer, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=36&bibliografia=1&#bibliografia_ancora>. Acesso em 11.05.2009.

GALENDER, F. C. **A Ideia de Sistema de Espaços Livres Públicos na Ação de Paisagistas Pioneiros na América Latina**. Paisagens em Debate, revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU. USP, n. 03, novembro 2005.

GARCÍA, F. E. S. **Estratégias Comunicacionais para o Desenvolvimento do Turismo Urbano**. In: LIMA, L. C. (org.). Da Cidade ao Campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998. p. 30-41.

GOIÂNIA. Resgate do Berço Ecológico de Goiânia: atuação da SEMMA no período de 1993 a 1996. Goiânia: Ed. Kelps, 2007a.

_____. **Parque Flamboyant será inaugurado no sábado.** Goiânia em Rede, Goiânia, 2007b. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/sistemas/snger/asp/snger01010r1.asp?varDt_Noticia=13/09/2007&varHr_Noticia=08:35>. Acesso em 05.11.2009.

_____. **Zoneamento Ecológico Econômico do Município de Goiânia.** Goiânia: [s.n.] 2008a.

_____. **Novo Parque de Goiânia é Recebido com Festa pela População do João Braz e Região.** Goiânia em Rede, Goiânia, 2008b. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/sistemas/snger/asp/snger01010r1.asp?varDt_Noticia=27/06/2008&varHr_Noticia=10:44>. Acesso dia 05.11.2009.

_____. **Plano Municipal de Turismo de Goiânia (2009-2012).** Goiânia: Secretaria Municipal de Turismo, 2009.

_____. **Prefeitura entrega sinalização turística.** Goiânia Notícias, Goiânia, 2010. Disponível em: <<http://www.prefeituragoiania.stiloweb.com.br/site/goianianoticias.php?tla=2&cod=1282>>. Acesso em 02.05.2010.

_____. **Áreas preservadas.** Goiânia: AMMA – Agência Municipal do Meio Ambiente, 2012a. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/download/amma/areas_preservadas.pdf>. Acesso em 14.03.2012.

_____. **Pesquisa de demanda realizada no aeroporto de Goiânia.** Goiânia: Secretaria Municipal de Turismo, 2012b.

GOIÁS. Plano Estadual de Turismo. Goiânia: GOIÁS TURISMO – Agência Estadual de Turismo, 2008.

_____. **Classificação dos Municípios Prioritários para o Desenvolvimento do Turismo em Goiás.** Goiânia: GOIÁS TURISMO – Agência Estadual de Turismo, 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodoturismo.tur.br/?go=7&string=&categoria=18>>. Acesso em 11.05.2012.

_____. **Vila Cultural deve ser entregue pela Goiás Turismo em agosto.** Goiânia: GOIÁS TURISMO – Agência Estadual de Turismo, 2012. Disponível em: <<http://www.goiasturismo.go.gov.br/es/noticias/288-vila-cultural-deve-ser-concluida-em-agosto.html>>. Acesso em 20.07.2012.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GUIMARÃES, C. G. **Parques Urbanos: sua influência no planejamento e desenvolvimento das cidades.** 2010. 163 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2010.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo.** São Paulo: Pini Editora, 1993.

_____. **Apresentação.** In: MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. Parques Urbanos no Brasil. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

LAKI, R. C.; LIPAI, A. E. **Percepção e Uso do Espaço em Arquitetura e Urbanismo: um ensaio no ambiente construído.** Revista Eletrônica de Iniciação Científica da Universidade São Judas Tadeu. Ago. 2007. Ano 1, n. 1, p. 17-30. Disponível em: <ftp://ftp.usjt.br/pub/revistaic/pag17_edi01.pdf>. Acesso em 20.02.2012.

LEITE, J. R. M; PILATI, L. C. **Evolução da Responsabilidade Civil Ambiental: 25 anos da Lei 6.938/81.** In: ROCHA, J. C. C.; HENRIQUES FILHO, T. H. P.; CAZETTA, U. (coord.). Política Nacional do Meio Ambiente: 25 anos da Lei 6.938/1981. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. p. 259-296.

LIMA, A. M. L. P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; SOUSA, M. A. L. B.; FIALHO, N. O.; DEL PICCHIA, P. C. D. **Problemas de Utilização na Conceituação de Termos como Espaços Livres, Áreas Verdes e Correlatos.** In: Anais do CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, São Luís-MA, 1994.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. **Áreas Verdes Públicas Urbanas: conceitos, usos e funções.** Ambiência – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, Guarapuava, v.1, n.1, jan./jun. 2005. p. 125-139.

LUCHIARI, M. T. D. P. **Urbanização Turística: um novo nexa entre o lugar e o mundo**. In: LIMA, L. C. (org.). *Da Cidade ao Campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998. p. 15-29.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCELLINO, N. C. **Introdução: o entendimento do lazer**. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados. 1996.

_____. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MARTINELLI, M. **A Representação da Natureza em Mapa**. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE, Londrina-PR, 2005.

MARTINS JÚNIOR, O. P. **Uma cidade ecologicamente correta**. Goiânia: AB Editora, 1996.

_____. **Arborização Urbana & Qualidade de Vida: classificação dos espaços livres e áreas verdes**. Goiânia: Kelps/UCG, 2007.

MONTES, R. M.; LEITE, J. F. **A Drenagem Urbana de Águas Pluviais e seus Impactos: cenário atual da Bacia do Córrego Vaca Brava Goiânia-GO**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Católica de Goiás como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Engenharia Ambiental. 2008. Disponível em:
<http://www.pucgoias.edu.br/ucg/prograd/graduacao/home/secao.asp?id_secao=1896&id_unidade=36>. Acesso em 29.07.2012.

MOREIRA, A. **Turismo e arquitetura: a produção do atrativo via singularidade / notoriedade do lugar**. *Arquitextos*, Ano 8, Fev. 2008. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/169>>. Acesso em 01.03.2012.

MOURA, J. G. **Potencialidades competitivas inexploradas no arranjo produtivo turístico de São Luís**. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. (org.). Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Rio de Janeiro: E-papers, 2006. p. 211-228.

MOYSÉS, A.; SILVA, E. R.; BORGES, E. M.; RIBEIRO, M. G. **Da Formação Urbana ao Empreendedorismo Imobiliário: a nova face da metrópole goianiense**. Mercator - Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ano 06, n. 12, 2007.

NEW YORK. **Central Park**. New York: City Agency Parks & Recreation, 2012a. Disponível em: <<http://www.nycgovparks.org/parks/centralpark>>. Acesso em 02.05.2012.

_____. **Activities**. 2012b. Disponível em: <www.centralpark.com/guide/activities.html>. Acesso em 02.05.2012.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. São Paulo: Edição do Autor, 2008.

OLIVEIRA, A. F. **A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital**. Observatório das Metrôpoles. Postado em 17.12.2007. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/go_cid_cap.pdf>. Acesso em 25.09.2010.

_____; CHAVEIRO, E. F. **Desigualdades Sócio-Espaciais, Democracia e Gestão Metropolitana: análise do desempenho institucional em Goiânia (1997-2007)**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 28, n. 2, jul. / dez. 2008. p. 187-202.

OLIVEIRA, A. M. V.; PEIXOTO, E. R. **Estudos de Bairros: entre a arquitetura e a história**. Revista Mosaico, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009, p.59-67.

_____. **Uma Casa e um Jardim: representações do morar**. In: Anais do XXVI ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo, 2011. p. 1-13.

O HOJE. **Iris rebate críticas de Nion**. Goiânia, 25.03.2007. Disponível em: <<http://www.o hoje.com.br/politica/25-03-2007-iris-rebate-criticas-de-nion/>>. Acesso em 14.03.2012.

O POPULAR. **Parque Industrial João Braz: a irritante ausência da modernidade.** O Popular, Goiânia, 30.10.1994. Disponível no Arquivo da Divisão de Biblioteca e Documentação da SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. Acesso em 04.01.2011.

O SUCESSO. **A lagoa que desapareceu.** O Sucesso, Goiânia, 14.08.2005. Disponível no Arquivo da Divisão de Biblioteca e Documentação da SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. Acesso em 04.01.2011.

OTTONI, D. A. B. **Introdução.** In: HOWARD, E. Cidades-jardins de amanhã. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

PRADO, D. A. R. **Parque Municipal Flamboyant: apropriação e usos para lazer.** 2012. 73 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2012.

PERES, M. L. C. **Imaginário, Paisagens e Urbanização em Goiânia: os Parques Vaca Brava e Flamboyant.** 2009. 70 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2009.

RIBEIRO, M. R. **Memorial descritivo e justificativo do projeto de urbanização do Jardim Goiaz.** São Paulo: [s.n.], 1950.

RIBEIRO, M. E. J. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema e áreas verdes.** Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

RIO DE JANEIRO. **Relatório de Gestão do Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro: 2003-2010.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Visitação.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.jbrj.gov.br/>>. Acesso em 11.05.2012.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papyrus, 1997.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço e Método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERRANO, C. M. T. **A Vida e os Parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação**. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (orgs.). Campinas: Papyrus, 1997.

SERPA, A. **Espaço Público e Acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 15, p. 21 - 37, 2004.

SORENSEN, M.; BARZETTI, V.; KEIPI, K; WILLIAMS, J. **Manejo de las áreas verdes urbanas: documento de buenas prácticas**. Washington, D.C.: [s.n.], 1998.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **Estrutura, Processo, Função e Forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano**. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos: obra revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 133-140.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Vandalismo, Paisagem e Turismo no Brasil.** In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (org.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 133-155.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS PARQUES DE GOIÂNIA

Parque: _____ Data: ___ / ___ / ___

Nome do(a) entrevistado(a): _____

Idade: _____ Sexo: M F

Naturalidade: _____

Para moradores. Caso não seja natural de Goiânia, por que decidiu morar aqui?

Setor onde reside: _____

Para turistas. Cidade de origem:

O que motivou sua visita a Goiânia?

E qual a sua motivação de visita a este parque?

Morador: Qual sua frequência de visitas ao parque? **Turista:** Quantas vezes já visitou o parque?

Como você classifica a infraestrutura do parque?

Péssima Ruim Regular Boa Ótima

O que você considera mais interessante neste parque?

O que você melhoraria no parque?

Você considera este parque um atrativo turístico? Sim Não

Por quê?
